



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

MARINA DE CARVALHO CUNHA

**INHUMA NO ALVORECER DA DÉCADA DE 1970: Uma análise do processo de
modernização urbano-social.**

PICOS-PI

2017

MARINA DE CARVALHO CUNHA

**INHUMA NO ALVORECER DA DÉCADA DE 1970: Uma análise do processo de
modernização urbano-social.**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos.

PICOS-PI

2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

C972i Cunha, Marina de Carvalho
Inhuma no alvorecer de década de 1970: uma análise do processo de modernização urbano-social. / Marina de Carvalho Cunha. – 2017.
CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (57f.)
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História)- Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos

1.Inhuma-Modernização. 2.Cidade-Memória. 3.Inhuma-História. I. Título.

CDD 981.812 2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos cinco (05) do mês de Julho de 2017, na sala do Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Marina de Carvalho Cunha** sob o título **Inhuma no alvorecer da década de 1970: uma análise do processo de modernização urbano-social**.

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos
Examinador 1: Prof^a Ma. Carla Silvino de Oliveira
Examinador 2: Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

Deliberou pela APROVAÇÃO do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 10,0.

Picos (PI), 05 de Julho de 2017

Orientador (a): Raimundo Nonato Lima dos Santos
Examinador (a) 1: Carla Silvino de Oliveira
Examinador (a) 2: Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

A todos aqueles que acreditaram em mim,
quando eu mesmo já não acreditava. Meu
muito obrigada!!

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho é o resultado de todo um sonho almejado e construído ao longo da minha trajetória como estudante, que embora partisse de um eu particular foi desejado e sonhado por pessoas. Isso mesmo, pessoas, aos quais se constituem como seres fundamentais na minha vida, que sem elas com certeza a caminhada e percurso não teria sido o mesmo.

Por isso, minha imensa gratidão dedico primeiramente a Deus, que ao me conceder o dom da vida, me presentou com pessoas tão iluminadas para que pudesse compartilhar e vivenciar cada momento de existência. Obrigada por sempre ser meu refúgio e fortaleza, meu abrigo em cada momento de angústia e dificuldade, sempre me instruindo e orientando em cada passo.

Agradeço aos meus queridos e amados pais, Carleuza e Moisés, por todo apoio, incentivo e amor. Cada palavra proferida, conselho, cuidado se constituíram em grandes ensinamentos. Por terem sido a minha estrutura e muitas vezes fonte de inspiração, me dando subsídios em cada etapa da minha vida. Dedico essa conquista a vocês, pois junto a mim compartilharam desse sonho, ajudando a vencer os percalços dessa árdua e ao mesmo tempo instigante trajetória em que se constitui a vida acadêmica.

Aos meus irmãos, Maura e Pedro Henrique agradeço todo afeto compartilhado, palavras regadas de confiança e amor, acreditando que tudo iria dá certo. Sou fã de vocês!!

Aos meus familiares que torcerem e me apoiaram, em especial a minha prima Beatriz Magalhães por toda disponibilidade em estar sempre me ajudando na pesquisa das minhas fontes para construção desse trabalho de conclusão de curso, de toda atenção dedicada, e se engajar de uma forma linda para a possível realização. Por toda mensagem de apoio e torcida. Aos meus tios Carlene Rodrigues e Antônio Magalhães, meu muito obrigada vocês foram essenciais nessa fase da minha vida.

Aos meus amigos Tamires Otoni, Iara Ferreira, Ariani Oliveira, Ramone Sousa, Ila Monize, João Neres, Paulo Henrique Luz, Jéssica Lima e Rosilene Vieira, a torcida e incentivo de vocês com certeza foram essenciais na construção desse trabalho.

Ao meu queridíssimo professor e orientador Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos a qual tenho grande admiração, pois além de um excelente profissional demonstra uma sensibilidade humana para com todos os seus alunos. Incentivando-nos por meio de sábias palavras a querermos sempre o melhor, a acreditar que tudo é possível. Obrigada pelas inúmeras correções e contribuições para realização desse trabalho!

Não poderia deixar de manifestar meus sinceros agradecimentos a todos os meus depoentes que me ajudaram na construção desse trabalho, que embora seja difícil retribuir com simples palavras, agradeço de coração toda atenção e disponibilidade de vocês para com minha pesquisa, me possibilitando por meio de seus testemunhos conhecer a sociedade inhumense escoada no desvelar-se dos tempos. A vocês meus profundos agradecimentos!!

Agradeço profundamente a todos os professores a qual tive o privilégio de conhecer na minha vida acadêmica, em especial ao professores Gleison Monteiro, Raimundo Lima, Carla Silvino, Leonardo Severo, Fábio Leonardo, Nilsângela Cardoso, Mona Ayala, Ana Maria Koch, vocês são exemplos de grandes mestres dos quais buscamos sempre nos espelhar. Levarei sempre comigo seus ensinamentos, pois carregam em si o dom de motivar seus alunos com palavras e conselhos valiosos para a nossa formação humana e profissional.

E por último, não menos importante, a minha amada turma, conhecida como família 2013.1. Esses quatros anos e meio de convivência diária foram essenciais na minha vida, com vocês compartilhei momentos, dividimos tristezas e alegrias e nos tornamos pessoas melhores. Amo cada um de vocês!!

A todos que fizeram e fazem parte da minha história, meus sinceros agradecimentos!!

[...] O belo deve ser, pelo menos em parte, moderno. O que é a modernidade? É o que há de “poético” no histórico, de “eterno” no transitório. (LE GOFF, 2003, p. 194).

RESUMO

Esse trabalho analisa o processo de modernização ocorrido na cidade de Inhumas-PI, no alvorecer dos anos 1970. Tendo como foco central pontuar e discutir as transformações sucedidas no cenário socioespacial da urbe e suas repercussões no comportamento e modo de vida dos moradores inhumenses. A pesquisa tem como base documentos oficiais e relatos de memória, onde se analisou as reações e sentimentos dos cidadãos inhumenses ao se referirem a esse período de transição a qual a urbe vivenciou em seu contexto urbanístico. A discussão teórica presente no referido trabalho, se fundamenta por meio das reflexões de Sandra Pesavento (2007), Marshall Berman (1986), Roberto Lobato Corrêa(2000), Jacques Le Goff (2003), Raquel Rolnik (1995), Sônia Freitas (2002) e Alessandro Portelli (2010). A pesquisa apontou o fato de que a efervescência dos anos 1970 propiciou aos inhumenses experimentar e vivenciar a atmosfera de novos tempos que aos poucos foram se instalando no contexto socioespacial da urbe. Surgiram novas práticas sociais, novas formas de sentir e pensar o cotidiano. Uma modernização referente não apenas ao espaço urbano, de reformas direcionadas à infraestrutura da cidade, mas também aos costumes e hábitos dos moradores que vivenciavam a urbe nesse período.

Palavras-Chave: Inhumas. Modernização. Cidade. Memória.

ABSTRACT

This work analyzes the modernization process in the city of Inhumas-PI in the dawn of the 1970s. Its main focus is to discuss and discuss the transformations that have taken place in the socio-spatial landscape of the city and its repercussions on the behavior and way of life of inhuman passers-by. The research is based on official documents and reports of memory, which analyzed the reactions and feelings of the inhuman residents when referring to this period of transition to which the city lived in its urban context. The theoretical discussion in this work is based on the reflections of Sandra Pesavento (2007), Marshall Berman (1986), Roberto Lobato Corrêa (2000), Jacques Le Goff (2003), Raquel Rolnik (1995), Sônia Freitas (2002) and Alessandro Portelli (2010). The research pointed to the fact that the effervescence of the 1970s allowed inhuman passers-by to experience and experience the atmosphere of new times that had gradually settled in the socio-spatial context of the city. New social practices emerged, new ways of feeling and thinking about everyday life. A modernization related not only to the urban space, of reforms directed to the infrastructure of the city, but also to the customs and habits of the inhabitants who lived the city in that period.

Keywords: Inhumas. Modernization. City. Memory.

.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 -	43
Figura 02 -	46
Figura 03 -	50
Figura 04 -	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 INHUMA E OS PRIMEIROS CONTATOS COM OS PRINCÍPIOS MODERNIZADORES.....	17
2.1 A transição de um cenário provinciano a novos moldes urbanísticos.....	21
2.2 O código de Posturas e seu caráter civilizador.....	29
2.3 A construção dos primeiros edifícios públicos na cidade.....	31
3 INHUMA: MODERNIZAÇÃO URBANA E SOCIAL.....	35
3.1 A Iluminação Elétrica: “A mais cotidiana das invenções modernas.....	37
3.2 Prazeres e Diversões da cidade de Inhuma nos anos de 1970.....	40
3.3 O despertar dos anos 70: Velocidade e novos ritmos de vida.....	44
3.4 Modernização do sistema de abastecimento de água da cidade.....	49
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho corresponde à pesquisa acerca das mudanças ocorridas na cidade de Inhuma- PI, no decorrer da década de 1970, quando a sociedade inhumense estava passando por um período de desenvolvimento. Período este, em que os ideais de modernização passam a adentrar e influenciar ainda que de forma tímida, o modo de vida dos habitantes dessa pequena cidade.

No entanto, o interesse em trabalhar com essa problemática, “INHUMA NO ALVORECER DA DÉCADA DE 1970: Uma análise do processo de modernização urbano-social”, surgiu em decorrência da curiosidade em conhecer as transformações ocorridas nessa sociedade que se caracterizava nesse período como uma urbe convencional e tradicional, marcada por costumes típicos de uma cidade interiorana.

A história desse trabalho se constitui na tentativa de enxergar e compreender através da leitura da cidade presente, outras tantas cidades que esta encerra, uma espécie de releitura no tempo em busca de conhecer as cidades passadas contidas na urbe do presente. Pois, cada urbe é um reduto de várias cidades, que muitas vezes, foram esquecidas, colocadas à margem pela atmosfera moderna, que ao adentrar no contexto citadino e na mentalidade dos homens que as pertencem, tende a destruir e apagar as materialidades e sociabilidades tecidas no decorrer de um determinado tempo e espaço.

A cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente. Assim, o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam. (PESAVENTO, 2007, p.16).

Assim, tomando como parte esse fragmento da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, a cidade, embora seja palco de constantes transformações e reinvenções, seja pelo imaginário de seus habitantes como pelas ações representadas na realidade, a mesma comporta traços que possibilita um processo de releitura e reflexão acerca de sua historicidade, propiciando uma viagem no tempo e no espaço para conhecer e compreender sua dinamicidade. À vista disso, Le Goff nos esclarece que,

[...] “Cada época”, diz, “tem o seu porte, o seu olhar, o seu gesto”. Devemos interessar-nos pelo antigo, tal como pela arte pura, a lógica, o método em geral! Quanto ao resto, devemos manter a “memória do presente” e estudar cuidadosamente “tudo o que constitui a vida exterior de um século”.(LE GOFF, 2003, p.194).

Partindo dessa perspectiva de análise, a escolha dessa temática como proposta para produção do presente trabalho, ocorreram por motivações tanto de ordem pessoal como de ordem acadêmica. Pois a modernização da cidade de Inhumas-PI, esta na qual se caracteriza como nossa cidade natal, sempre foi um assunto que nos chamou bastante atenção, despertando curiosidades e interesse acerca dos acontecimentos ocorridos nesse espaço. Sendo justificado pelo fato de ouvirmos, antes mesmo de adentrar o universo acadêmico, relatos e depoimentos de moradores dessa cidade a respeito das inovações que foram surgindo e modificando a vida dos moradores dessa pequena e recém criada urbe.

A memória dessas pessoas ao relatar a Inhumas dos velhos tempos que as poucos foram caindo no esquecimento, devido a não corresponder as novas exigências e transformações que vinha aos poucos se impondo no cotidiano e nas relações das pessoas, sempre fora algo que nos despertou bastante atenção e curiosidade.

Somando a isso, ao adentrar ao meio acadêmico, no curso de História da UFPI/CSHNB, especificamente quando tivemos a oportunidade de cursar a disciplina de “Cidades e História”, primeira optativa, ministrada pelo Professor Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos¹, no período de 2014.1, encontrando-se ainda no terceiro período da graduação, após contato com as discussões teóricas levantadas pelos diversos autores trabalhados pela disciplina sobre Cidades e suas significações, da história que estas encerram, das memórias, representações, de todo o imaginário urbano construído, das vivências e sociabilidades estabelecidas nesse universo citadino, que concentra para além de questões burocráticas, de uma abordagem econômico-social, comporta uma nova sensibilidade, regada de interações e relações sociais, passamos a nos interessar cada vez mais pela discussão em questão, buscando sempre que possível fazer leituras que aprimorassem o nosso conhecimento a respeito dessa temática.

No entanto, ao final da disciplina, quando fora solicitado a produção de um artigo científico para obtenção da 3ª nota na disciplina, acabamos por voltar o nosso estudo para a cidade de Inhumas, buscando conhecer e compreender de forma detalhada, por meio das fontes que nos foram disponibilizadas a “Formação da cidade de Inhumas: processo de povoamento e

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí/ Picos. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Coordenador de Área de História do Pibid – UFPI/Picos. Coordena e dirige o Grupo teatral TEMPUS – Teatro Experimental Universitário em Estudos Históricos, Projeto de Extensão cadastrado na UFPI/ CSHNB/ PREX. Desenvolve pesquisas sobre sociabilidades e sensibilidades urbanas em Teresina no período das décadas de 1980 e 1990.

a emancipação política.²”, aguçando por meio deste artigo científico, o interesse em entender as mudanças ocorridas nessa cidade.

Passando, a partir dessa produção científica a voltar nossa atenção especificamente aos anos de 1970, quando o contexto urbanístico da cidade em estudo, sofrera inúmeras intervenções de cunho desenvolvimentista em seu meio. Uma vez que, nesse período, a sociedade inhumense fora protagonista de modernas inovações em seu cotidiano, seja relacionado a aspectos do imaginário, associada a uma mudança na mentalidade e consciência dos cidadãos que passaram a comportar um pensamento voltado as invenções e possibilidades de experiências propiciadas pela sensibilidade moderna, como nos apresenta o escritor e filósofo Marshall Berman (1986), seja em relação a questões estruturais, de reformas e modernização na infraestrutura da cidade, intervindo na estética socioespacial da urbe, visando atribuir-lhe um semblante moderno e organizado.

Movimento similar ao que vinha ocorrendo nas grandes cidades brasileiras em decorrência do processo de industrialização ao qual o país estava inserido. Delimitando assim, o nosso recorte temporal. Embora no decorrer do trabalho se faça necessário se reportar a décadas anteriores, especificamente aos anos de 1950 e 1960, para uma melhor compreensão e enriquecimento da pesquisa.

Dessa maneira, para além das questões já citadas acima que conduziram na nossa definição temática, outro fator que acabou por contribuir de maneira decisiva na escolha do nosso recorte temático, ocorreu em consonância a existências de pouquíssimos trabalhos que retratassem a história dessa cidade. Ficando muitas vezes a mercê dos discursos da memória e reminiscências dos personagens que vivenciaram esse período.

Para tanto, a motivação em trabalhar com esse tema foi aos poucos ganhando cada vez mais espaço, sendo aprimorado no decorrer das leituras realizadas acerca dessa temática, que nos conduziram a trilhar uma pesquisa sobre a história de Inhuma e suas respectivas transformações no suceder dos anos finais do século XX.

Diante disso, passamos a elaborar questões norteadoras que acreditamos se constituírem como fundamentais para efetivação do nosso projeto de pesquisa. Sendo elas: Quais foram as transformações urbano-sociais ocorridas na cidade de Inhuma na década de 1970? Como a sociedade inhumense reagiu a essas transformações? Quais as representações da memória dos moradores da cidade de Inhuma antes e depois do processo de modernização?

² Artigo produzido na disciplina de “Cidades e História”, no período de 2014.1.

Existiam discursos contra ou a favor da modernização na cidade de Inhumas na década de 1970? Quais as práticas cotidianas desenvolvidas na cidade de Inhumas nesse período?

Para responder essas e outras questões relacionadas a esse momento vivenciado pela sociedade inhumense, resolvemos que faria dessa problemática nosso objeto de estudo. Listando em uma espécie de inventário as marcas sensíveis que comportassem a historicidade desse espaço urbano. Pois segundo Sandra Pesavento (2007) essas marcas diante das perguntas elaboradas pelo historiador se revelam em fontes a serem analisadas.

Assim, para a concretização e fundamentação do nosso trabalho foram utilizados como fontes, desde a análise de documentos oficiais pertencentes ao acervo da Prefeitura Municipal de Inhumas, da Câmara dos Vereadores e do Centro Cultural Francelino de Sousa Araújo, como relatos de memória dos moradores da cidade de Inhumas, que residiam e vivenciaram as mudanças ocorridas na cidade nesse período da década de 1970. Ampliando assim, as possibilidades de análise, pois acreditamos que a diversidade de fontes enriquece a discussão tecida em um trabalho.

Deste modo, o trabalho com documentos oficiais, condiz no estudo dos projetos de leis criados nesse período de transição em que a sociedade inhumense vivenciou, dos códigos de civilidades implantados no perímetro urbano, na análise e problematização de fotografias relativas a essa época, uma vez que, as mesmas são dotadas de cunho documental. No entanto, as fotografias aqui analisadas correspondem ao acervo do Centro Cultural Francelino de Sousa Araújo da cidade de Inhumas, como também ao arquivo pessoal dos nossos depoentes.

Em relação, ao trabalho com as fontes orais, sucedeu-se por meio da realização de entrevistas, do tipo temáticas, ao eleger a década de 1970 e o processo de modernização da cidade de Inhumas como tema da presente pesquisa. Realizando entrevistas com os sujeitos que vivenciaram em seu cotidiano, em suas experiências de vida, as transformações ocorridas no cenário dessa cidade. Ouvindo os relatos e as narrativas dos acontecimentos presentes em sua memória, os discursos que muitas vezes ficaram à parte da história, caindo no esquecimento.

Uma vez que, de acordo com Freitas (2002) a metodologia da história oral possibilita o surgimento de novas perspectivas para compreensão do passado, concedendo espaço a vozes e testemunhos relegados pela história, permitindo dessa forma, a documentação de pontos de vistas e experiências vivenciadas em outras épocas.

Assim, o trabalho com fontes orais se caracteriza além de uma simples e mera troca de informações. Havendo na verdade uma troca de conhecimentos, onde muitas vezes os papéis de entrevistador e entrevistado se invertem, uma espécie de aventura compartilhada, no qual o

diálogo se constitui como intermediador dessa relação estabelecida entre narrador e ouvinte. (PORTELLI, 2010).

Dessa forma, pretendemos através da realização dessa pesquisa compreender e conhecer de que forma os habitantes dessa cidade foram sujeitos receptivos dessa nova experiência de vida trazida pela modernidade. De como foram-se adaptando a esse ambiente de possibilidades que a modernização lhes propiciava, passando a vivenciar em seu cotidiano práticas e valores até então desconhecidos. Da modificação sofrida nos comportamentos e modo de vida desses moradores, dos costumes e hábitos que com o desenrolar da década de 1970 foram caindo no esquecimento dos transeuntes inhumenses.

Em vista disso, esse trabalho encontra-se estruturado em duas partes. O primeiro capítulo intitulado “Inhuma e os primeiros contatos com os princípios modernizadores”, faz uma breve apresentação da cidade de Inhuma, destacando o seu contexto histórico na década de 1970. No decorrer do capítulo também são realizados alguns recuos temporais às décadas de 1950 e 1960 para se conhecer e compreender as primeiras transformações ocorridas no espaço citadino da urbe.

No segundo capítulo, intitulado “Inhuma: modernização urbana e social”, faz uma abordagem a cidade a partir das modernas inovações que passaram a adentrar o contexto urbanístico da cidade de Inhuma, fruto da aproximação do progresso e dos ideais de modernização que, em decorrência do momento político vivenciado pelo país, propiciou o desenvolvimento das pequenas cidades brasileiras. Influenciando diretamente o modo de vivenciar dos habitantes que passaram a experienciar no cotidiano as inovações e possibilidades despertadas pela onda modernista do século XX.

Para tanto, nesse capítulo serão abordadas as sociabilidades dos inhumenses na década de 1970, as festas, os locais de lazer utilizados pela sociedade, práticas estas que no decorrer do tempo foram sendo dissipadas.

2 INHUMA E OS PRIMEIROS CONTATOS COM OS PRINCÍPIOS MODERNIZADORES

Em meados do século XX, a provinciana cidade de Inhuma fora palco de significativas transformações em seu cenário, seja em relação ao aspecto físico, com a construção de novos espaços públicos na cidade, de edifícios, na criação de ruas e avenidas em sua estrutura, como na forma de vivenciar a urbe, dos costumes e hábitos que aos poucos foram sendo modificados. Visto que, nesse período houve a transição de povoado à cidade, mesmo dispondo de uma infraestrutura instável e rudimentar para este propósito. O então povoado, denominado Inhuma, pertencente à administração da cidade de Valença do Piauí, foi elevado à condição de cidade, em 13 de junho de 1954.

Entretanto, essas transformações ocorridas no contexto político-administrativo e socioespacial de Inhuma coincidem com o processo de modernização que nesse período vinha permeando a política brasileira. Principalmente no decorrer da década de 1970, quando o país vivenciava outro momento da sua industrialização, objetivando o desenvolvimento e crescimento das cidades brasileiras.

Desse modo, a sociedade inhumense mesmo se caracterizando como uma urbe interiorana, de pequeno porte, em relação a outras cidades que estavam passando pelo mesmo processo de desenvolvimento, fora protagonista de intervenções e mudanças em seu espaço. Passando a integrar em seu âmbito, reformas relacionadas tanto a arquitetura da cidade, com a criação e ampliação de ruas e avenidas, como referentes a serviços básicos, no caso de implantação do sistema de abastecimento de água encanada, como ao fornecimento de energia elétrica, que possibilitou a inserção e chegada dos primeiros meios de comunicação à cidade. Dando lugar a uma urbe tecida por novos ritmos, novas experiências, propiciadas pela sensibilidade moderna, com permanentes inovações e alterações em seu meio.

No entanto, ao voltarmos a estudar o universo citadino da sociedade inhumense em meados do século XX, período em que a mesma estava passando por um processo de transformação de seu cenário urbano em decorrência do processo de modernização, observamos que as transformações ocorridas em seu contexto urbano e social não foram tão dramáticas como em relação a outras cidades que passaram pelo mesmo processo. À exemplo, a cidade de São Petersburgo na Rússia, que foi vítima de um dos sistemas mais dramático de modernização da história mundial, uma modernização draconiana, seguindo à risca o modelo de cidade europeu (BERMAN, 1986).

No alvorecer dos anos 1970, Inhumana emanava em sua atmosfera traços típicos de uma sociedade interiorana, marcada por costumes e práticas tradicionais, peculiares de uma urbe provinciana. A cidade era regida pela simplicidade dos seus moradores, que desconheciam em seu cotidiano as experiências e novidades propiciadas pelo progresso, que nesse respectivo momento, vinham permeando as grandes cidades brasileiras.

A sociedade inhumense vivenciava e compartilhava de uma mentalidade e visão demasiadamente simples e limitada. O poeta, compositor e filósofo Francisco Bosco (2010) nos ajudou a entender esse fato explicando que essa “visão demasiadamente simples e limitada” pode está relacionada diretamente a sua forma de existência em relação aos problemas e aspectos característicos do seu ambiente e não necessariamente ligado a uma origem sócio geográfica. Isto é, ser provinciano condiz mais a uma questão de mentalidade, de sentir e vivenciar o mundo, uma questão existencial, de percepção, e não se refere necessariamente a restrições demográficas.

No entanto, a efetuação e realização dessas transformações tanto na fisionomia da cidade como na mentalidade dos habitantes de Inhumana foram propiciadas em virtude do momento histórico vivenciado pelo país, o do regime militar (1964-1985). Período este, em que houve investimentos na estrutura e organização das cidades brasileiras em decorrência do “milagre econômico” em que o país estava vivenciando em sua conjuntura política. Passando a influenciar e disseminar pelo país o ideal de progresso e modernização da nação brasileira, com intuito de dar ao Brasil um novo aspecto, com ares modernos e civilizados. (NASCIMENTO, 2007).

Sendo assim, os representantes políticos que se encontravam nesse período à frente da administração urbana deste município, no caso prefeitos e vereadores que compunham a Câmara Municipal de Inhumana, juntamente com os moradores da cidade, aderiram ao discurso modernizador que vinham ganhando espaço no cenário nacional. Intervindo por meio de suas ações na dinâmica socioespacial da pólis, fazendo significativas modificações no espaço urbano da cidade. Uma vez que, no âmbito citadino prevalecia características peculiares de uma cidade interiorana distante dos padrões e moldes pregados pela onda modernista do século XX.

Uma cidade constituída de múltiplas faces que reunia em seu ambiente elementos singulares tanto do mundo rural como do urbano. Como podemos observar no depoimento de Dona Noeme Pereira Dias Sousa (2016), ao relatar a vida na cidade antes do seu desenvolvimento.

Era simples, era só lavrador trabalhando, lá na Inhuma era um povoadozim muito atrasado, tinha um mercado com uma feira, assim, uma feira, onde hoje é a praça em frente à Prefeitura, a feira funcionava ali, tinha um pé de tamarindo muito grande perto da feira. Sei também que quando começou as construções, a igreja, a igreja foi começada ela era, num tinha igreja lá, era uma capelinha, mais a igreja foi começada com um mutirão, meu pai era um dos pedreiros, foi um dos pedreiros, dos fundador da Inhuma, e a gente botava um bocado de gente para ir carregando os adobro [tijolos], aquela festa, um mutirão, todo mundo se reunia para ajudar na igreja. Ajuntava aquele horror de gente carregando adobro [tijolos], o povo construindo lá. O mercado também ele ajudou a construir. A feira era uma feirinha dentro, uma casinha, tipo uma casinha e o alpende ao redor que botava as coisas assim na frente da feira, dentro era comerciozim. Tudo muito simples. (SOUSA, Noeme, 2016).

Na fala da entrevistada Noeme Sousa, moradora da cidade de Inhuma, podemos perceber a simplicidade e rusticidade que reinava no ambiente da cidade antes das práticas desenvolvimentistas penetrarem em seu interior. Quando a mesma, através de sua memória nos permite conhecer o passado de uma época por ela vivenciada, dando-nos a oportunidade de reconstituir os comportamentos e costumes do dia-a-dia em tempos de outrora, que a cidade de hoje encerra.

Informações pertinentes a um tempo que não existe mais, mas que nos leva a conhecer o passado dessa urbe, sua história, sobre um tempo vivido, onde os moradores compartilhavam de uma vida simplória, com práticas e ações voltadas para a organização e construção do espaço urbano, engajando nos acontecimentos que permeavam a vida cidadina. Como foi possível perceber na fala da entrevistada, o envolvimento da população na construção da igreja, formando mutirões para a edificação e reforma do templo religioso, havendo uma participação coletiva dos moradores nas obras públicas da cidade. Informando-nos a respeito de uma população ativa e participante nos acontecimentos da urbe.

Todavia, é importante salientar na fala da personagem acima, que ao narrar sobre a construção da igreja, a depoente está se referindo ao período de reforma e ampliação do templo religioso, ocorrido em meados dos anos de 1950, quando o tecido urbanístico de Inhuma passa a comportar em seu interior importantes alterações nas obras públicas da cidade. Pois, já existia uma pequena capela na cidade, edificada entre os anos de 1918 a 1924 pelo padre Joaquim Lopes de Oliveira.

Dessa forma, a ampliação e reforma do templo religioso ocorrido especificamente no ano de 1958, passando de uma simples capela para a condição de igreja matriz da cidade, desvinculando-se da paróquia sede de Valença do Piauí, transformou-se em uma espécie de ímã, pois atraiu e concentrou os moradores inhumenses nas atividades em seu entorno, proporcionando a realização de um trabalho coletivo entre os residentes da urbe. Funcionando à exemplo de um campo magnético, como trabalha a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik

(1995), reunindo e aglomerando pessoas, uma vez que, o santuário religioso encontrara-se localizado no centro da cidade, funcionando como uma espécie de coração da urbe, atraindo e concentrando os moradores nos seus arredores.

Desse modo, percebemos no relato da depoente, como também no contato com outras fontes orais, que a construção da cidade foi fruto dos desejos e sonhos dos cidadãos inhumenses que almejavam o desenvolvimento e crescimento da cidade que habitavam. Resultado de um trabalho em conjunto, no qual integrantes da pequena urbe se engajaram a desenvolver. Assim, como discute a historiadora Sandra Pesavento (2007), a cidade e suas representações são obras concebidas pelas ações dos homens, do imaginário e construções realizadas ao longo dos tempos.

[...] As cidades reais, concretas, visuais tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos. (PESAVENTO, 2007, p.11).

Conforme o pensamento de Sandra Pesavento (2007), essas práticas compartilhadas por esses moradores em seu cotidiano confirmam a existência de uma urbe tecida pela sensibilidade de seus habitantes, que comportavam formas de representar a cidade, mesmo esta não se constituindo em um grande centro. Sendo que a mesma só viria a ser palco de relativas transformações em seu espaço, no transcorrer do decênio dos anos 1970, com investimentos inovadores em seu quadro urbanístico.

Existindo anteriormente a esses acontecimentos, uma sociedade assinalada pela simplicidade tanto na esfera das sociabilidades, ao considerar o trabalho em prol da reforma da igreja uma espécie de divertimento e entretenimento da população, como nos adverte a colaboradora acima, como em relação a estrutura física da cidade, ao referir-se sobre a precariedade e organização da feira, que ocorria em uma casinha simples, rodeado de alpendres³. Justificando-se, dessa forma, a maneira a qual a moradora se reporta por meio de sua memória ao contexto urbano de Inhuma nos períodos compreendidos entre as décadas de 1950 e 1960, como “um povoadozim muito atrasado”, mesmo Inhuma já tendo sido elevada à condição de cidade.

³ Pequeno telhado saliente acima de uma porta, de uma janela, para abrigar do sol, da chuva, ou para servir de ornato.

Talvez isso ocorra em decorrência da permanência de traços e costumes provincianos tanto dos moradores como do espaço urbano por um longo período de tempo. Visto que, os moradores que compunham a população inhumense nesse momento, em sua grande maioria eram provenientes da zona rural, o que de certa forma influenciava na atmosfera da urbe. Pois, os mesmos, reproduziam em muitas vezes os comportamentos adquiridos na vida campesina, promovendo de certa forma uma articulação e interdependência entre esses espaços.

Todavia, apesar da evolução e desenvolvimento da cidade ter tido maior afluência no decorrer da década de 1970, com a introdução no recôndito urbanístico da cidade, de inovações condizentes não apenas a estrutura física, mas também em relação ao campo das mentalidades dos transeuntes inhumenses, o que possibilitou novas formas de vivenciá-la, novos ritmos de vida. Pequenas alterações foram surgindo logo após sua emancipação política ocorrida em 13 de junho de 1954. No qual os representantes do poder público, juntamente com moradores da cidade, passaram a vislumbrar o desejo de desenvolvimento da até então pacata cidade.

Em vista disso, se faz necessário um breve recuo aos anos correspondentes à década de 1950 e 1960, no qual ainda que de forma tímida e gradual, correspondem a uma época em que a cidade foi palco de mudanças importantes em sua infraestrutura. Com amadurecimento não apenas no campo das reformas urbanísticas necessárias ao contexto da cidade, mas também no campo das mentalidades dos moradores que compunham a mesma.

2.1 A transição de um cenário provinciano a novos moldes urbanísticos

Em 13 de junho de 1954, o povoado de Inhumas foi elevado à categoria de cidade, pela lei Estadual nº 985 de 17 de maio de 1954, desmembrando-se do município de Valença do Piauí. Tendo a partir dessa data autonomia sobre sua administração e organização política.

Com base nisso, após o processo de emancipação política, fruto de anseios dos moradores e políticos inhumenses, os gestores da nova cidade, iniciaram suas intervenções no ambiente espacial da urbe, buscando redefinir seu desenho urbano, atualizando-o, dado a precariedade e rusticidade reinante nos recônditos da cidade nesse período.

Em vista disso, os gestores públicos municipais formularam projetos e leis que foram aplicados para um melhor arranjo do espaço físico da cidade. As ações tiveram início por meio da criação de uma planta urbana, com o intuito de estabelecer uma ordem ao corpo da

cidade. Determinando normas para a construção de ruas e avenidas, e operando reformas nas já existentes nesse período, aspirando atribuir um semblante moderno e progressista ao lugar.

Como podemos verificar nas leis correspondente ao ano de 1955, criadas pelo Sr. Antônio de Deus Carvalho, primeiro prefeito da cidade (1955-1958), onde constata-se uma preocupação e interesse dos administradores em planejar o crescimento de Inhuma no desvelar-se dos tempos.

Lei nº 5, de 4 de maio de 1955

Art. 1º - Fica aberto um crédito especial na Tesouraria desta Prefeitura de Cr\$ 15.000,00, para custear as despesas ocorridas no levantamento da planta Urbana e Suburbana desta cidade e bem assim a organização do mapa deste município. (INHUMA apud ALMONDES, Carmina, 2012, p.33).⁴

Assim a Lei nº 5, de 4 de maio de 1955, Art. 1º, estabelecia que a Prefeitura Municipal de Inhuma tornava-se responsável em financiar as despesas concernentes a planta urbana e suburbana da cidade, abrindo crédito nos cofre público da instituição, com finalidade de organizar o município. Havendo também uma atenção voltada a fisionomia arquitetônica da urbe, como demonstra a Lei nº 7 de 22 de junho de 1955:

Art. 1º - autoriza a medição geodésica da zona urbana e suburbana desta cidade e toma outras providências.

Art. 2º - Compete ao prefeito contratar Agrimensor devidamente credenciado, para promover a medição geodésica e organizar o mapa da zona urbana e suburbana desta cidade.

Art. 3º - As ruas deverão ser projetadas em linhas retas, obedecendo as regras de quarteirões 80x80 mts, ou de acordo com a situação topográfica do terreno.

Art. 4º - As novas ruas deverão ter 12 metros de largura.

Art. 5º - Poderão ser intimados os proprietários de cêrcas, muros e casas que se encontram fora dos alinhamentos à fazerem a desobstrução para que possam passar os alinhamentos. (INHUMA apud ALMONDES, Carmina, 2012, p.33).⁵

Ao analisarmos as leis transcritas acima, constatamos o financiamento feito pela Prefeitura de Inhuma acerca das despesas referentes às obras a serem efetuadas no contexto socioespacial da urbe, bem como a busca por profissionais, no caso, de engenheiros que pudessem contribuir na redefinição do mapa da cidade. Estabelecendo ao mesmo tempo, a implementação de medidas e regras na projeção de novas ruas para a cidade, demonstrando prudência e compromisso com a ordenação do espaço urbano. Ficando sob forma de observação e vigilância os moradores que realizassem edificações fora dos padrões impostos pelos alinhamentos.

⁴INHUMA. **Lei nº 5, de 4 de maio de 1955**. Abre crédito especial para despesas no levantamento da planta urbana e suburbana da cidade.

⁵ INHUMA. **Lei nº 7 de 22 de Junho de 1955**. Fixa a contratação de engenheiros para a medição geodésica da cidade e dá outras providências.

Nesse período, década de 1950, o número de habitantes no perímetro urbano de Inhumas era consideravelmente pequeno, e as poucas ruas existentes, referentes ao centro da cidade, local onde começou o desenvolvimento da urbe, eram estreitas, desorganizadas e sem pavimentação. Conforme nos explica, João Ferreira Gonçalves, participante ativo da vida política da cidade, “a comunidade aqui, naquela época era uma comunidade bem menor [...] a cidade era pequena, não tinha urbanização, não tinha energia, água encanada não tinha, nem o calçamento, não tinha nada disso”⁶ (GONÇALVES apud ALMONDES, Antônio, 2005, p. 26).

Desse modo, para o desenvolvimento e prosperidade de Inhumas, foi necessário inúmeras intervenções dos representantes políticos na cidade, seja em relação a aspectos estruturais, com a implementação de reformas no âmbito citadino, como em relação a questão social. De conceder aos moradores inhumenses, através de seus discursos modernizadores, uma nova mentalidade, uma nova forma de ver e pensar o cotidiano, buscando romper com as singularidades interioranas que perpetuavam no recinto citadino.

Uma vez que, nesse período os moradores compartilhavam de uma mentalidade tipicamente provinciana. Segundo nos explica o entrevistado Antônio de Deus Nogueira:

[...], mas o povo naquela época, a mentalidade achava que nunca ia passar carro por aqui, a rua era estreita só dava para passar um animal com uma carga, nem um carro não passava, nem um jeep na época, que os primeiros carros que andavam por aqui, era o jeep, então com Inhumas passar a cidade foram procurando normalizar, abriram várias ruas, foram abrindo, foram indenizando e foram fazendo o planejamento das ruas. (NOGUEIRA apud ALMONDES, Antônio, 2005, p. 30)⁷.

O depoente Antônio Nogueira, ao nos confidenciar por meio de suas reminiscências da memória, o passado dessa urbe, ressalta em sua narrativa que a rusticidade das ruas existentes na cidade nessa época, se dava em consonância com a mentalidade dos cidadãos inhumenses nesse período, ao não acreditarem na possibilidade de automóveis transitarem nas vias da singela urbe. Fator bastante compreensível se levado em consideração que os integrantes da pacata cidade se constituía de pessoas simples, que desconheciam em seu cotidiano as possibilidades e transformações propiciadas pela sensibilidade moderna, refletindo dessa forma suas ações no espaço citadino.

E de acordo com o geógrafo Lobato Corrêa (2000), o espaço urbano é um reflexo da sociedade que nele habita, das ações e dinamicidades vivenciadas pelos homens que nele

⁶ GONÇALVES, João Ferreira. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhumas, Março de 2005.

⁷ NOGUEIRA, Antônio de Deus. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhumas, Março de 2005.

edificam suas moradias. Um pulsar de vida, tecida pela complexidade dos agentes que produzem e consomem o espaço. “[...] Mas o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente” (CORRÊA, 2000, p. 8).

A transformação do espaço urbano de Inhumas, com ações do presente e do passado, se deu a partir de sua independência política, nos anos de 1950, com a propagação dos ideais de modernização. Conforme podemos observar na Lei nº 7 de 22 de junho de 1955, art.3 e 4, transcrita acima, ao ser estabelecido as novas dimensões para a projeção de ruas na cidade, decretando medidas de 12 metros de largura para conseqüente construção e pavimentação das mesmas. Objetivando dessa maneira, adequar os traçados das ruas a circulação dos primeiros automóveis, símbolo da aproximação com os princípios modernizadores.

Contudo, essas mudanças relacionadas ao cenário e ao ethos urbano condizem com a onda modernista que adentrara a nação brasileira e suas respectivas cidades no despontar do século XX. Passando a modificar o cotidiano e a mentalidade dos cidadãos, que buscavam vivenciar novas experiências e aventuras no seu dia-a-dia.

No período compreendido aos anos 1950, o Brasil vivia a euforia do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), da construção de Brasília, em que o slogan da política referente a esse tempo, era fazer o Brasil crescer “cinquenta anos em cinco”. Essa onda progressista resultou em investimentos nos demais estados da constituição brasileira, chegando ao estado do Piauí, que nesse espaço temporal fomentou a criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado, cujo objetivo era desenvolver e modernizar o estado, viabilizando recursos nas diversas áreas administrativas.

Entretanto, embora o desenvolvimento da cidade tenha se dado em consonância com os desejos e sonhos dos cidadãos inhumenses, que almejavam o progresso em sua infraestrutura, a ordenação do mapa urbano da cidade não se constituiu em uma tarefa fácil e harmoniosa entre a camada popular e os representantes do poder público. Em razão de que, a implementação de leis na projeção de novas ruas para a cidade e a determinação de medidas obrigatórias para estas, como para as avenidas, desencadeou em alguns casos desentendimentos entre o poder público e os residentes da pequena urbe. Isto porque, muitas vezes as normas e pautas colocadas em vigência pelos chefes políticos iam contra a realidade e as condições de vida da população.

Uma vez que, grande parcela dos habitantes que compunham a sociedade inhumense nesse período eram de sujeitos humildes, agricultores, pequenos trabalhadores, advindos da zona rural que não tinham condições em acatar as novas exigências impostas pela Lei nº 7 de

22 de junho de 1955. Em muitos casos, as residências dos moradores de Inhuma não se adequavam aos alinhamentos estabelecidos pela elite política para a criação e levantamento das novas ruas a comporem o traçado urbano projetado para a cidade. Ficando as residências destes no meio das novas ruas projetadas, interceptando e obstruindo a passagem das mesmas.

O crescimento da cidade, desde os primórdios de sua formação enquanto povoado deu-se de modo espontâneo e desorganizado sem interferências de normas civilizadoras que postulassem medidas e espaços determinados para edificação de moradias. O que após a tomada de consciência dos administradores da cidade em relação a estabelecer um traçado moderno e organizado à urbe engendrou conflitos e descontentamentos em alguns moradores que tinham suas casas construídas em meio ao desenho arquitetado para a cidade.

Em contrapartida, as autoridades públicas em prol da evolução citadina, em defesa do progresso, optaram em dar continuidade a desapropriação e remoção das casas que inviabilizavam o traçado urbanístico planejado para a cidade. Retirando do meio das avenidas as habitações que impediam o sistema circulatório definido para a urbe, causando certo transtorno e impacto aos moradores que tiveram seus lares demolidos em consequência do discurso modernizador.

Consequentemente inúmeras desapropriações foram feitas nesse período, no qual cabia aos sujeitos atingidos pelos chamados ideais modernistas, procurar outro local no perímetro urbano para edificar suas moradias. Faz-se oportuno ressaltar que a Prefeitura Municipal de Inhuma subsidiava essas desapropriações por meio de indenizações aos indivíduos vitimados por esse processo. Como confere a lei nº 16 de 27 de outubro de 1955, Art. 1º, que prescreve o ressarcimento ao Senhor Raimundo Borges de Oliveira, em decorrência da desocupação do seu imóvel, vigente a urbanização da cidade.

Lei nº 16 de 27 de outubro de 1955

Art. 1º - Abre um crédito especial na Tesouraria desta Prefeitura de Cr\$3.000,00 (três mil cruzeiros) para indenização ao Senhor Raimundo Borges de Oliveira, pela desapropriação e indenização de uma casa, para a passagem e alinhamento da Rua do Amparo desta cidade. (INHUMA apud ALMONDES, Carmina, 2012, p.34).⁸

A lei acima consiste na indenização feita pela Prefeitura Municipal de Inhuma a um morador da cidade, o Senhor Raimundo Borges de Oliveira, correspondente a um total de Cr\$3.000,00 (três mil cruzeiros), devido à remoção de sua casa para dar lugar à passagem da

⁸ INHUMA. **Lei nº 16 de 27 de outubro de 1955**. Abre crédito especial para indenização do Senhor Raimundo Borges de Oliveira pela desapropriação do seu imóvel.

Rua do Amparo. A casa do senhor Raimundo Oliveira impedia o translado da via pública, pois se encontrava no meio do traçado urbano projetado.

Convém salientar que, após análise de outros documentos oficiais concernentes a criação de leis municipais para ressarcimento aos habitantes prejudicados pelo projeto urbanístico da cidade, constatamos que a Prefeitura Municipal de Inhuma decretava leis específicas para cada caso relacionado a desapropriação, pois levava-se em consideração a grandiosidade e valor do imóvel a ser indenizado.

Entretanto, cabe ressaltar que embora algumas pessoas tenham sido indenizadas, como observamos na lei de 27 de outubro de 1955, a assistência financeira disponibilizada pelos cofres públicos da Prefeitura Municipal de Inhuma não se estendeu a todos os indivíduos afetados pelo projeto urbanístico implantado na cidade, ficando alguns moradores em situação de desamparo.

Esse desamparo não era apenas material, mas também psicológico. Uma vez que essas desapropriações destruíam vínculos afetivos entre os moradores e seus locais de habitação. Entendemos que a ideia de “nossa casa” era concebida como um refúgio, um recinto de tranquilidade e amparo, no qual se estabelecia uma relação de identidade, de pertencimento. Nesse sentido, a “nossa casa” “Ela é, como se diz, frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Constitui-se um elemento instituidor de identidade. É um referencial. O usuário se apropria do espaço ambiental, identificando-o e se identificando com ele” (BACHELARD apud NASCIMENTO, 2001, p.145).

Dessa maneira, essas ações em torno das reformas infligidas à cidade deram lugar a insatisfações dos moradores, já que estes não eram consultados a respeito das decisões advindas do setor administrativo. O poder público, por sua vez, procurava justificar suas atitudes dizendo que suas ações eram realizadas em nome do desenvolvimento e da utilidade pública. E que as casas que não se enquadravam no projeto urbanístico moderno estariam enfeando a fisionomia da cidade, portanto, teriam que ser removidas.

Isto posto, a Prefeitura Municipal de Inhuma deu prosseguimento as suas intervenções no espaço da cidade, desapropriando e regulando as habitações no território citadino. Como nos informa o Projeto de lei nº 3/64 de 4 de fevereiro de 1964, que tratava das despesas feitas pela Prefeitura de Inhuma para cuidar dos terrenos doados à Igreja de São José. De acordo com os administradores públicos estes terrenos estavam sendo ocupados por pessoas que não aderiram ao modelo de alinhamento proposto para a urbe, dando à cidade uma aparência feia e desorganizada.

Projeto de lei nº 3/64 de 4 de fevereiro de 1964

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer jús da importância de Cr\$60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) para ocorrer as despesas com divisão de quarteirões, aberturas de ruas, destocagem etc. nos terrenos de São José, conforme contrato firmado com Dom Avelar Brandão Vilela e o Sr. Prefeito Municipal.

Art. 2º - Para ocorrer as despesas do Art. 1º desta Lei será aberto na Tesouraria desta Prefeitura um crédito especial de Cr\$60.000,00 (sessenta mil cruzeiros). (INHUMA apud ALMONDES, Carmina, 2012, p.37).⁹

Assim, a organização e ocupação dos terrenos pertencentes à Paróquia de São José conforme sanciona o projeto de lei nº 3/64 de 4 de fevereiro de 1964, Art. 1, criado pelo então prefeito Benoit de Deus Nogueira, ficaria sob a responsabilidade do órgão público municipal, no caso, a Prefeitura, visto o contrato firmado com Dom Avelar Brandão Vilela, representante da Mitra Arquidiocesana. Nesse acordo, os gestores municipais ficaram responsáveis por administrar a abertura de ruas e quarteirões no referido espaço, delimitando de certa forma as classes sociais a estabelecerem moradias no território em questão, dado que a Prefeitura cobrava uma taxa pela aquisição dos terrenos.

Dessa forma, embora os gestores não instituíssem modelos modernos para as residências que compunham a cidade em estudo, as normas e medidas definidas no traçado urbano da cidade de Inhuma fomentaram de certo modo, uma divisão de classes. Isto ocorreu porque muitos moradores, após terem suas casas demolidas e sem ter recebido as devidas indenizações por parte dos danos materiais sofridos, ficaram impossibilitados de edificar suas casas no centro da urbe, deslocando-se para outros locais da cidade.

Convém ressaltar que essa modernização excludente também ocorreu em Teresina nas décadas de 1930 e 1940. O historiador Francisco Alcides Nascimento (2001) explica que nesse período houve a remoção das casas de palhas do centro da cidade, pois na visão dos gestores públicos e urbanistas teresinenses, essas casas comprometiam e degradavam a imagem da capital do Piauí, que se pretendia moderna e civilizada, dando-lhe um aspecto feio e desordeiro. A população de baixa renda foi obrigada a se deslocar para a periferia da cidade, onde suas “casas feias” não comprometeriam o brilho da urbe moderna.

Segundo Alcides Nascimento (2001), a exclusão das classes e camadas sociais menos favorecidas do espaço urbanizado e dito civilizado é uma característica do processo de

⁹ INHUMA. Projeto de Lei n. 3/64 de 4 de fevereiro de 1964. Abre um crédito especial de Cr\$60.000,00 para ocorrer as despesas de divisão de quarteirões, abertura de ruas, destocagem, etc.

urbanização brasileiro, que ao promover o desenvolvimento de uma determinada sociedade acaba por fomentar uma segregação e distinção de classes.

Assim, a análise de nossas fontes escritas e orais nos levou a constatar o fato de que houve certo abuso de autoridade, exercido pelos representantes do poder público, em relação às obras de pavimentação das ruas nos recônditos da cidade. Estes gestores, no exercício de suas funções, não levavam em consideração a opinião e as condições dos residentes dos imóveis aos quais tiveram que ser demolidos. Esse fato pode ser percebido no relato oral do senhor Raimundo Rufino da Silva, que foi vereador de Inhuma nos anos 1950. Ele foi enfático ao dizer que,

Casa no mei da rua mesmo, entrei com projeto mais de uma vez tirando casa de mei da rua pra poder desenvolver a cidade [...]. Tinha muita casa no mei da rua quando passou a cidade, quando foi fazer as ruas aí tinha muita casa, foi muito difícil pra gente resolver, por que as pessoas não se conformavam em tirar sua casa, mas era o jeito tirar, até do meu sogro, eu entrei com projeto tirando uma casa dele do mei da rua (risos). (SILVA apud ALMONDES, Carmina, 2012, p. 38).¹⁰

No depoimento do ex-vereador Raimundo Rufino da Silva, notamos a preponderância dos projetos públicos sobre o imaginário e sentimentos dos cidadãos inhumenses. Os representantes dos cargos políticos não se eximiam em ter que retirar os indivíduos do seu lar, do lugar de descanso, da sua moradia. A desapropriação modernizante ocorreria com qualquer um, até mesmo um ente familiar, como enfatiza em seu depoimento a desocupação e retirada da casa do seu sogro, que interceptava a passagem da rua.

Assim, de acordo com análise de fontes orais e documentos oficiais pertencentes a Câmara Municipal de Inhuma, as primeiras ruas concebidas as quais se tem registro, refere-se a Rua do Amparo, Rua Aureliano Nogueira, Rua Gonçalves Dias, Rua Felix Pacheco, Rua São José e Avenida Ribeiro Gonçalves. Todas próximas ao centro, devido ter sido neste local onde começou o crescimento e desenvolvimento da cidade. Conforme nos explica a depoente Noeme Pereira Dias Sousa, abaixo:

[...] A primeira rua que foi construída é onde é ali a casa de Nogueira [Rua Aureliano Nogueira], aonde ali aquela casa daquela outra esquina, em frente as meninas dos Meireles [Rua Félix Pacheco], que era de seu Antônio Francisco que foi construído, assim fazia uma casa na esquina e levava algo em frente. Aí foi aumentando abriram as ruas, fizeram a igreja e foi aumentando. [...]. (SOUSA, Noeme, 2016).

Segundo nossa entrevistada, o desenvolvimento da cidade deu-se a partir da Praça João de Deus Carvalho, onde atualmente em seu entorno encontra-se a Prefeitura Municipal

¹⁰ SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhuma, 25 de Outubro de 2012.

de Inhuma, indo em direção à Praça Monsenhor Lopes, ou Praça da Igreja, como é popularmente conhecida. Justificando-se pelo fato de ser nesse local, o ponto de maior concentração de pessoas, devido a realização da feira e dos pequenos comércios dessa época se aglutinarem nesse lócus da cidade.

A depoente ainda nos esclarece que antes de começarem as modificações na paisagem da cidade, existia mata aos arredores das casas, e que só após o calçamento das vias públicas que a urbe fora ganhando aspecto de espaço urbano. Despindo-se gradualmente das singularidades e interferências rurais no universo urbano. Conforme os estudos de Inácio Martins Geraldo e Angela Fagna Gomes de Sousa (2010), ocorre o domínio e avanço do tecido urbanístico e suas estruturas, sobre o campo, promovendo ao universo citadino um novo modo de vida.

Em vista disso, com a criação de novas ruas no território da cidade e, conseqüente, implementação de padrões para as novas dimensões de ruas e avenidas a compor o âmbito urbano, efeitos do progresso desencadeado na conjuntura da cidade, somou-se o estabelecimento de normas e regras para o uso e apropriação das mesmas. Entre essas regras está o Código de Posturas Municipal, no qual instituía a normatização dos comportamentos e hábitos dos residentes da referida urbe.

2.2. O código de Posturas e seu caráter civilizador

O Código de Posturas instaurado na cidade de Inhuma viabilizava a retirada do contexto urbano de qualquer interferência e resquícios do espaço rural, delimitando não apenas um isolamento dos espaços, mas também de realidades, das experiências vivenciadas, dos hábitos e práticas costumeiras. No qual, esse documento passava a ter uma atenção voltada aos comportamentos dos moradores que integravam o espaço urbano de Inhuma nesse período.

Esses moradores eram, em sua grande maioria, oriundos da zona rural, o que em muitas vezes, levava-os a reproduzir os costumes campestres no contexto urbanístico, gerando transtornos a uma cidade que se pretendia moderna e civilizada.

Dessa maneira, os administradores que estavam em exercício de suas funções, gerindo a organização e infraestrutura do município, prescreveram a instalação de leis para o melhor funcionamento e desenvolvimento urbano. Ordenando a retirada de quaisquer objetos que interferisse no trânsito na cidade, como a proibição da criação de animais no território correspondente a via pública. Conforme determina as seguintes portarias:

Portaria nº 1 de 10 de maio de 1955

- O Prefeito Municipal de Inhumas usando das atribuições que a lei lhe confere; declara: É expressamente proibido de acordo com o art. 81 do Código de Posturas deste município: a criação de porcos, cabras e ovelhas nas zonas urbanas e suburbanas desta cidade. Dentro do prazo de 30 dias terão que ser retirados das vias públicas desta cidade os animais acima referidos e não sendo cumprida esta determinação, serão os referidos animais apreendidos e os contraventores sujeitos a multa de Cr\$10,00 por cabeça.¹¹ (INHUMA apud ALMONDES, Carmina, 2012, p. 40).

Portaria nº 2 de 10 de junho de 1955

- [...] É expressamente proibido os Srs. construtores de casa depositar materiais no meio das ruas, interceptando o trânsito. Os construtores deverão cercar a frente das construções e ali por os materiais.¹² (INHUMA apud ALMONDES, Carmina, 2012, p. 40).

Por consequência da análise dos documentos acima, verificamos o cuidado existente dos responsáveis públicos em transformar a cidade em um ambiente agradável, com ares de salubridade. Esses gestores adotavam práticas higienistas ao propor a retirada de animais das vias públicas da cidade, buscando dar ao local um aspecto ordeiro e arrumado, desligando-se de hábitos provincianos, passando a adquirir novos comportamentos. Sujeitando os moradores que não cumprissem com os códigos estabelecidos para a habitação na cidade, multas de Cr\$10,00 como prescrevia a Portaria nº 1 de 10 de maio de 1955.

Os discursos modernistas disseminados tanto na cidade em estudo, como no país em geral nesse período, apontavam o fato de que a aproximação com o espaço rural e suas peculiaridades se constituía como símbolo do atraso, seja nas esferas culturais, sociais ou econômicas. Sendo necessário estabelecer diferenças fundamentais entre esses dois universos, desvinculando da realidade urbana traços correspondentes a área rural. Impondo, dessa forma aos residentes da zona urbana, novas práticas e maneiras de se portar em um ambiente civilizado e moderno.

Desejava-se civilizar os moradores da cidade de Inhumas, educando suas práticas e hábitos, com o objetivo de que os mesmos adquirissem comportamentos dos habitantes dos grandes centros urbanos. Isto é, havia o desejo, dos gestores públicos e dos intelectuais da cidade, de se romper com os estilos de vida e cultura referentes ao mundo rural.

Todavia, cabe destacar que essa ideia de estabelecer diferenças fundamentais entre o espaço urbano e o espaço rural foi uma concepção forjada no início do século XX nos Estados Unidos. Colocando ambos os espaços em dois polos distintos. O urbano como o lócus do

¹¹ Portaria nº 1 de 10 de maio de 1955. Dispõe a retirada de animais das vias públicas da cidade e dá outras providências.

¹² Portaria nº 2 de 10 de junho de 1955. Expressa a proibição de depositar materiais no meio da rua, prejudicando o trânsito.

desenvolvimento, símbolo da modernidade e do progresso e o rural visto como sinônimo de atraso.(GERALDO; SOUZA, 2010).

Entretanto, de acordo com escritor e pesquisador Raymond Williams (2011) estabelecer uma dicotomia de estudo acerca desses espaços, é negligenciar a relação histórica ativa e contínua em que campo e cidade guardam entre si. São relações tecidas de interações e interdependências.

Segundo Geraldo Inácio Martins e Angela Fagna Gomes Souza (2010, p. 40) “(...) O rural e o urbano representam uma prática social que transcende as atividades que se desenvolvem dentro de suas espacialidades e englobam outras dinâmicas da complexidade sócio-cultural”.

Contudo, para além das mudanças ocorridas na organização da urbe, com a implementação de normas civilizadoras na projeção de ruas e avenidas, e da instauração do Código de Postura Municipal, a zona urbana foi protagonista de algumas construções significativas em seu espaço no decorrer dos anos de 1950 a 1960. Uma vez que a cidade é uma construção e desconstrução dos homens que a habitam, vivendo em constante mudança e adaptação. Sendo estas repletas de histórias, personagens e desejos projetados.

2.3 A construção dos primeiros edifícios públicos na cidade

Nesse espaço de tempo, algumas obras foram elencadas no contexto urbanístico da cidade, como a construção dos primeiros chafarizes na zona urbana, a perfuração dos primeiros poços públicos artesanais na cidade, pertencendo em sua maioria a Prefeitura da cidade ou a pessoas de maior poder aquisitivo. Melhorando dessa forma o abastecimento de água da cidade, que anteriormente era feito por meio dos riachos e lagoas próximos ao perímetro urbano. Como nos informa a Lei nº 63 de 2-5-58:

Art. 1º - Fica o Sr. Prefeito Municipal de Inhuma, autorizado a fazer a canalização d' água do manancial para abastecimento do chafariz público desta cidade.

Art. 2º - Abre um crédito especial de Cr\$150.000,00, para ocorrer às despesas com a canalização d' água para o chafariz e perfuração de um poço que servirá de recipiente para abastecimento público. (INHUMA, apud ALMONDES, Carmina, 2012, p. 43).¹³

Com base na Lei nº 63 de 2-5-58, o Prefeito Municipal de Inhuma foi autorizado a fazer o processo de canalização de água do manancial existente próximo ao perímetro urbano

¹³ INHUMA. Lei n. 63 de 2 de maio de 1958. Abre um crédito especial na Tesouraria desta Prefeitura, de Cr\$150.000,00 para ocorrer às despesas com a encanação d'agua para o chafariz e perfuração de um poço que servirá de recipiente para abastecimento público.

para o chafariz público da cidade, visando atender a demanda da população. Como também prevê no Art. 2 da referida lei, uma concessão de Cr\$150.000,00, para custear as despesas referentes ao processo de canalização da água e perfuração de um poço público na cidade.

Todavia, assim como o abastecimento de água da cidade que em meados do século XX ainda se encontrava deficiente para uma cidade que se pretendia moderna e civilizada, adotando os modelos propagados pelo universo modernista, o sistema de iluminação da cidade nesse período, também se caracterizava como rudimentar. Visto que, até o ano de 1958, quando fora construído uma usina para geração de energia na cidade, a mesma ficava a cargo das luzes de velas e lamparinas.

Entretanto, mesmo com a instalação de uma usina, o sistema de iluminação na cidade era reduzido e precário. Funcionava no horário das 18:00 às 22:00 horas da noite, atendendo a população em um curto intervalo de tempo de apenas 4 horas diárias. O governo municipal tentava justificar essa problemática alegando falta de recursos suficientes para custear as despesas desse sistema de energia elétrica. Conforme nos explica o depoente Clementino Santos,

A energia elétrica foi inaugurada com gerador próprio, no dia primeiro de agosto de 1958, teve dois geradores de energia de carvão, com gás agente, chamava, e a segunda com diesel, mas todas duas funcionavam com recursos do município, não tinha verba nem do governo federal e nem do estadual, eram recursos próprios do município, até primeiro de Agosto de 1972, quando chegou energia de Boa Esperança, a energia era só quatro horas por noite, de 6 as 10 que era tudo que a prefeitura podia custear. (SANTOS apud ALMONDES, Antônio, 2005 p. 27).¹⁴

O senhor Clementino Santos, funcionário da usina que gerava energia para a cidade de Inhumas, entre os anos 1958 até 1972, período em que de fato a cidade de Inhumas foi contemplada com instalação da iluminação elétrica, informou em seu depoimento que o primeiro sistema de iluminação que chegou à cidade ocorreu em 1 de agosto de 1958. Era movido à base de carvão, posteriormente funcionando por meio da utilização de óleo diesel, como suporte no movimento e funcionamento dos motores. Ele ainda nos esclarece que os gastos na administração da referida usina ficava a cargo dos recursos advindos do município. Não existiam verbas do governo estadual ou federal para financiar as despesas, o que segundo os relatos do depoente explicava o pouco tempo destinado a iluminação da urbe.

Faz-se oportuno ressaltar que nem todos os moradores de início tiveram acesso em suas residências ao fornecimento de energia. A maioria da população era de baixa renda,

¹⁴ SANTOS, Clementino de Carvalho. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhumas, Março de 2005.

portanto, não tinham condições de pagar a taxa pelo uso desse serviço. Como nos informa o Senhor Antônio Macêdo de Sousa (2016) “[...] Tinha que pagar uma taxa para ter acesso à energia, as casas, aí quem não tinham ficava no escuro. Tinha uma divisão, naquele tempo, tinha os pobrezinhos mesmo”. Assim, o fornecimento de energia nesse período se restringia as pessoas de melhores condições, que podiam colaborar financeiramente com a iluminação gerada pela usina. Restando a outra parcela da população, que não podiam ajudar nas despesas, se contentar com as luzes das velas e lamparinas.

No entanto, em vista das alterações ocorridas no perímetro urbano, a cidade fora aos poucos ganhando a presença de instituições importantes para seu desenvolvimento. Dando lugar no suceder dos anos a edificação das primeiras escolas, sendo estas, a Unidade Escolar Major Leite, e o Grupo Escolar João de Deus Carvalho. Esta última existente até os dias de hoje, atendendo aos anos iniciais da Educação Básica, conhecido no período de meados dos anos 1950, como ensino Primário. Estas escolas estavam facilitando o acesso à educação dos inhumenses, que muitas vezes tinham que deixar a cidade para dar prosseguimento aos estudos.

Outros prédios e serviços públicos foram instalados na cidade no decorrer da década de 1950, tais como a Agência Postal Telefônica e o Departamento de Correios e Telégrafos. Embora disponibilizassem um atendimento precário à população, eles inovaram na forma de comunicação. Isto porque, antes da instalação desses postos de serviços, a população utilizava-se apenas da carta como veículo de comunicação. Como nos explica em depoimento Dona Josefa Maria de Jesus Ferreira,

Os meios de comunicação era o bilhete, a carta. O órgão facilitador da comunicação mais distante era os correios e pronto. Só os correios para comunicação mais distante. Aqui em Inhumas já tinha correio, não tinha o prédio próprio, mais funcionava num salão.... Os correios aqui é de muitos anos. E a nível local, de região para região era a carta, o bilhete, o recado. (FERREIRA, 2016).

Segundo relatos de nossa entrevistada, Dona Josefa Ferreira a carta era o instrumento de comunicação adotado pelos moradores inhumenses, tendo esse sistema de comunicação perdurado na cidade por um período considerável de tempo. Sua modificação teria ocorrido em consonância com o desenvolvimento das comunicações a nível nacional, que passaram a adentrar o espaço citadino.

No fluir dos anos 1960 efetivou-se a construção da sede da Prefeitura Municipal, que antes funcionava em casas alugadas. Em 1969, houve a edificação do primeiro posto de saúde da cidade que passou a receber, a cada 15 dias, a visita de médicos. Isto porque os inhumenses

quando precisavam de cuidados médicos se restringiam a consultas feitas pelos chamados “farmacêuticos”. Ou seja, pessoas que não detinham formação científica, mais que atendiam a população por meio do conhecimento adquirido no cotidiano, indicando e manipulando os remédios fornecidos aos pacientes.

Todavia, embora a realidade urbanística de Inhuma tenha ganhado no decorrer dos anos de 1950 e 1960 alterações importantes, a cidade ainda se encontrava imersa em condições precárias em relação a sua infraestrutura. Visto que, a mesma não dispunha de requisitos básicos, como o fornecimento eficiente de energia elétrica e o sistema de abastecimento de água encanada aos moradores.

Situação esta, que só viera a mudar nos desvelar da década de 1970, quando o cenário urbano de Inhuma fora palco de modernas inovações, fundamentais para seu desenvolvimento e progresso urbano-social. Entre essas inovações estavam a implementação do sistema de abastecimento de água encanada na cidade, a instalação da energia elétrica, a inovação nos veículos de comunicação e a chegada dos primeiros automóveis ao contexto citadino.

3 INHUMA: MODERNIZAÇÃO URBANA E SOCIAL

A partir do século XX ocorreu o que alguns historiadores denominam de “a revolução do moderno”¹⁵, no qual o processo de modernização passa a englobar todos os planos, seja estes econômicos, políticos, da vida cotidiana ou das mentalidades. A modernidade passa a se constituir como uma cultura de massas, uma cultura da vida cotidiana, o que o filósofo da modernidade e da vida cotidiana Henri Lefebvre definiu como a flor do cotidiano.

Entretanto, cabe ressaltar que essa “modernidade revolucionária” surgiu nos Estados Unidos em meados dos anos de 1950, disseminando-se em seguida para as sociedades do Ocidente, chegando ao Brasil por volta de meados do século XX. Tratara-se de uma modernização que para além da industrialização suscitou um progresso na mentalidade dos indivíduos que a vivenciaram. Novas formas de sentir e pensar a sociedade, suscitando uma nova sensibilidade acerca de se pensar a modernização do país, principalmente no que diz respeito a urbanização das cidades brasileiras. Isto é, possibilitou uma nova visão sobre o viver e consumir a cidade.

Assim, na década de 1970 a sociedade inhumense passara por inúmeras intervenções de cunho desenvolvimentista em seu contexto urbanístico, seja relacionado ao imaginário dos seus moradores que passaram a comportar uma nova mentalidade do viver cidadão, fruto das experiências e novidades propiciadas pela sensibilidade moderna, que nesse período começara a se fazer presente no cenário urbanístico de Inhuma, seja relacionado as reformas e modernização da infraestrutura da urbe, resultado do projeto modernizador em que a cidade vinha sendo protagonista desde o seu processo de emancipação política ocorrido em 13 de junho de 1954.

Entretanto, essas transformações as quais a cidade vinha sendo palco condiz com o contexto político-administrativo em que a nação brasileira estava vivenciando, a dos governos militares (1964-1985). Período marcado por certo crescimento da economia (com o chamado “milagre econômico”), de melhorias na infraestrutura do país (com a construção de grandes rodovias, etc.), influenciando diretamente no desenvolvimento e modernização das cidades brasileiras.

¹⁵ LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

Nesse período, passou-se a ter uma maior atenção voltada a urbanização das cidades brasileiras, com a criação de políticas específicas para o desenvolvimento e modernização das mesmas, seja relacionada a aspectos estruturais ou a formas de se portar enquanto habitantes de espaços civilizados e modernos.

No entanto, a cidade de Inhumas por se caracterizar como uma cidade de pequeno porte, provinciana, foi palco de consideráveis intervenções em sua infraestrutura, como a modernização do sistema de abastecimento de água, a implantação de luz elétrica regular nos logradouros públicos da urbe, inovação nos sistemas de comunicação existentes na cidade. Passando dessa forma, para os transeuntes inhumenses a sensação de estarem vivenciando e experimentando a chegada de novos tempos.

A cidade mudara de configuração, respirava novos ares, novos ritmos, indo em consonância com os novos tempos que adentravam o contexto citadino inhumense. O surgimento de novos padrões de convivência urbana, novas formas de apropriação da cidade pelos moradores, uma vez que com a chegada da energia elétrica as ruas passaram a ser tida como um local de festas, ganhando novos atrativos, passando a serem vistas como espaços de passeios e diversões.

Dessa forma, acompanhar as transformações operadas na fisionomia da cidade e no cotidiano de cada um dos integrantes dessa pequena urbe, foram algumas das experiências vivenciadas pelos componentes desta sociedade nesse período. O conjunto dessas experiências vivenciadas, constituem, assim como discute o historiador francês Jacques Le Goff (2003), o sentido do moderno. A energia elétrica implantada nos anos 1970 possibilitou aos transeuntes inhumenses experimentar e vivenciar novas práticas sociais, novas formas de sentir, pensar e interagir com o cotidiano. A cidade se estruturava para o novo, um novo modo de viver e pensar a cidade.

Dessa maneira, nesse capítulo nos voltamos a entender o imaginário dos transeuntes inhumenses no período da década de 1970. Consideramos o fato de que esse sistema de ideias – construídas pelo homem por meio de suas vivências e experiências compartilhadas em uma determinada sociedade – ressalta os anseios, medos e desejos referentes a uma época.

[...] O imaginário compõe-se de representações sobre o mundo do vivido, do visível e do experimentado, mas também se apoia sobre os sonhos, desejos e medos de cada época, isto é, sobre o não tangível nem visível, que passa, porém, a existir e a ter força de real para aqueles que o vivenciam. (PESAVENTO, 2008, p.14).

O estudo do imaginário se faz relevante, pois, para compreendermos a história de uma cidade, se faz necessário conhecermos para além do espaço físico, sua materialidade, a sensibilidade e os sentidos dos sujeitos que a vivenciaram e consumiram.

Para tanto, as fontes utilizadas nesse capítulo, para a realização da nossa pesquisa, foram as que nos permitiram conhecer essa cidade de Inhumas no desvelar dos anos 1970. Documentos oficiais que contivessem informações pertinentes a esse contexto, relatos dos indivíduos que vivenciaram esse período, o imaginário e as sensibilidades atribuídas por estes a essa cidade de outrora que fora dissipada ao passar dos tempos. Fotografias referentes a esse período histórico da cidade de Inhumas, uma vez que estas enquanto fonte documental proporcionam uma sensibilidade e uma nova maneira de narrar acontecimentos referentes ao tempo e ao espaço. Representando em um tempo presente, a ausência de uma época.

Cabe ressaltar que o trabalho com imagens, assim como com outras fontes históricas exige do historiador, enquanto pesquisador, uma postura crítica em relação a sua análise. O historiador deve investigar minuciosamente os detalhes que a compõe, pois a mesma não se constitui como um objeto inocente, dado, mas resultado de um desejo, de uma construção, estabelecendo relações com o contexto social, político e cultural de uma determinada época e sociedade.

3.1 A Iluminação Elétrica: “A mais cotidiana das invenções modernas”¹⁶.

Como enfatizamos no capítulo anterior, o primeiro sistema de iluminação elétrica implantado na cidade de Inhumas, correspondente ao ano de 1958, era bastante precário, não atendendo as necessidades da população. Tratava-se de uma usina de força, movida primeiramente a carvão e logo depois a óleo diesel, que se encarregava de fornecer luz a uma pequena parcela da cidade, gerando energia no intervalo de 4 horas por dia, no período das 18:00 às 22:00 horas da noite. Como informa o depoente Antônio Macêdo de Sousa,

Nesse período era, tinha uma usina, chamava usina, tinha um motor, aí funcionava de 18:00 as 22:00 horas, aí quando era 21:30 dava o sinal, aí com 30 minutos pra todo mundo ir para casa. Às vezes dava problema na usina e ficava de seis meses sem energia e voltava de novo para as velas para as lamparinas. A usina era movida a óleo diesel. Todo dia quando ligava a luz a gente descia para a rua. (SOUSA, Antônio, 2016).

Segundo relatos do Senhor Antônio Macêdo de Sousa, residente da cidade de Inhumas desde o seu nascimento, e personagem atuante no cotidiano da urbe nesse período da

¹⁶ LE GOFF, 2003, p. 189.

instalação da usina, o fornecimento de energia na cidade funcionava apenas no período da noite, das 18:00 às 22:00 horas. Ressaltando em sua fala a fragilidade do sistema de iluminação nesse período, no qual a cidade devido a ocorrência de problemas na usina, passava de seis meses sem energia, voltando as luzes das velas e lamparinas. Uma vez que, antes da construção da usina na cidade, a mesma era iluminada através de lamparinas, velas e candeeiros.

Entretanto, a precariedade da iluminação pública não foi uma característica específica da cidade de Inhumas. Conforme a pesquisadora Teresinha Queiroz (1994) a cidade de Teresina em meio a seu processo modernizador nas primeiras décadas do século XX, enfrentou o mesmo desconforto em relação ao sistema de iluminação da cidade, gerando transtorno e inúmeras reclamações por parte da população.

Contudo, o depoente acima nos confia por meio de seus relatos da memória que embora tratasse de um sistema de iluminação precário, a chegada da eletricidade à urbe possibilitou novas formas de vivenciar a cidade, ressignificando os espaços já existentes na época. Iluminadas à noite, as vias públicas da cidade de Inhumas, anteriormente associadas pelos moradores como locais de perigo, devido a escuridão, passaram a ganhar novos atrativos, se constituindo como locais de passeios e diversões para a população. Como lembra o depoente, “(...) Todo dia quando ligava a luz a gente descia para a rua” (SOUSA, Antônio, 2016).

Ao acender das luzes na cidade, os moradores saíam para as ruas, especificamente as ruas do centro da cidade, as quais eram iluminadas nesse período. Passando a vivenciar e experimentar a vida noturna daquela cidade que até então era desconhecida pelos inhumenses. Uma espécie de apropriação do espaço, o espaço praticado, vivenciado e consumido pelo sujeito. Como discute o historiador Michel de Certeau (2008), o caminhar pelas ruas da cidade constitui uma forma de interagir com os lugares existentes na urbe, atribuindo-lhes sentidos e significados, isto é, dando vida aos espaços citadinos.

Uma vez que, a cidade como um lugar de moradia, ponto de concentração de sensibilidades e sentidos possibilita aos indivíduos, que nelas residem, criarem para si a sua própria forma de consumir os espaços contidos no contexto socioespacial da urbe, uma espécie de poetização da cidade pelo sujeito que nela habita. Como problematiza Pierre Mayol “este a re-fabricou para seu uso próprio desmontando as correntes do aparelho urbano; impondo à ordem externa da cidade a sua lei de consumo de espaço” (MAYOL apud COUCEIRO, 2003, p. 25).

Todavia, apesar da mudança de comportamento dos moradores ao vivenciarem a vida noturna, a sociedade inhumense não perdia o aspecto de uma cidade provinciana. No qual, as ruas após o sinal de alerta dado as 21:30 da noite pela usina, ficavam praticamente desertas, inabitadas, onde os moradores se recolhiam para as suas residências, como nos esclarece a depoente Maria Nonato do Socorro Silva “Um piscado, na primeira hora corria todo mundo para casa (risos), as meninas que sai pra a rua para namorar, pra brincar. Piscava a luz já era dando sinal, aí demorava já era apagando, aí corria todo mundo para casa. Era cedo da noite” (SILVA, Socorro, 2014).

De acordo com o nossa colaboradora, Dona Maria Nonato do Socorro Silva, a vida noturna era vista como uma forma de divertimento e descontração para os cidadãos inhumenses. As ruas eram tidas como locais de encontros dos jovens, das paqueras, dos namoros. No entanto, a mesma ressalta que à noite, a cidade era pouco praticada, uma vez que ao desligar das luzes, a cidade adormecia, silenciando-se juntamente com os seus habitantes.

É importante destacar que a fala dos personagens acima diz respeito ao contexto dos anos finais das décadas de 1950 e 1960. Anos estes em que a cidade de Inhuma passava a experimentar pequenas alterações em sua estrutura, reflexo do momento em que a nação brasileira, e principalmente o estado do Piauí, estava experienciando o de desenvolvimento e modernização das pequenas cidades brasileiras.

Todavia, em 1972, em consonância com a política desenvolvimentista implantada na cidade de Inhuma pelos administradores da urbe, a cidade moderniza o seu sistema de iluminação elétrica, estabelecendo com a Centrais Elétricas do Piauí S.A (CEPISA) contrato de fornecimento de energia elétrica, visando uma melhoria no sistema de iluminação pública da cidade. Conforme promulga o Projeto de Lei nº 3 de 13 de maio de 1972,

Projeto de Lei nº 3 de 13 de maio de 1972

Art.1º: O Executivo Municipal fica autorizado a assinar com a CENTRAIS ELÉTRICAS DO PIAUI S.A. – CEPISA, Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, e demais atos necessários para Iluminação Pública, Próprios Municipais e acessórios, na conformidade da legislação específica vigente no País.¹⁷

O projeto de Lei nº 3 de 13 de maio de 1972 torna público a autorização feita ao poder executivo municipal de Inhuma a assinar contrato com a empresa responsável nesse período pelo fornecimento de energia elétrica no Piauí, CEPISA.

¹⁷ INHUMA. **Projeto de Lei nº 3 de 13 de maio de 1972.** Autoriza o executivo municipal a assinar contrato de fornecimento de Energia Elétrica com a Centrais Elétricas do Piauí S.A. – CEPISA.

Com a chegada da luz elétrica, símbolo máximo do modernismo do século XX, segundo a pesquisadora Sylvia Costa Couceiro (2003), a cidade de Inhumas mudara de configuração, passando a respirar novos ares, comportar novas formas de sociabilidades e sensibilidades em consonância com os novos tempos que adentrava o contexto citadino inhumense. Uma vez que, a vida cotidiana, em meados do século XX passa a ser uma das principais características da modernidade, que nesse período da história se constituía como uma cultura de massa, da vida cotidiana. Dessa forma, a iluminação elétrica funcionava como um tipo de entretenimento para os cidadãos inhumenses, pois propiciava novas formas de lazer e diversão.

Com a implantação mais sistemática da luz elétrica no contexto socioespacial da urbe a rua passara a ser local de sedução para as pessoas, que saíam de suas casas para passeios e diversões noturnas. A arte de viver a cidade era uma atividade frequente dos jovens desse período. Os inhumenses começaram a fazer usos das praças à noite existentes nesse período, tornando o lugar como um espaço de sociabilidades e de lazer, um ponto de encontro.

3.2 Prazeres e Diversões da cidade de Inhumas nos anos 1970.

Em consequência do progresso e civilização que aos poucos iam se fazendo presentes no cotidiano da cidade, foram ocasionadas novas formas de sociabilidades aos moradores de Inhumas no decorrer dos anos 1970. Novas formas de apropriações dos espaços citadinos pelos transeuntes inhumenses, com diferentes usos e consumos dos lugares. A ressignificação dos lugares, tornando-se um espaço praticado, lugares de vivências e sensibilidades como discute o historiador Michel Certeau (2008).

Desse modo, no setor dos divertimentos, de acordo com as fontes pesquisadas, a cidade se reinventava, civilizava-se, tanto pelo imaginário de seus habitantes como pelas ações sofridas nos desvelar-se dos anos. Era a atmosfera moderna entremeada no âmbito citadino inhumense.

Se reunir na calçada, hoje não faz mais, ir para praça, a praça enchia de gente, os jovens iam para os bar, tomar uma cerveja. Tinha uma coisa que tinha muito aqui e o pessoal deixaram de fazer, que eu fiz muito também, serenata, a gente tinha a namorada aí pegava a radiola e ia para frente da casa da namorada. Fiz muito, aí deixaram, acabaram (risos). Tinha pais que se zangavam botavam nós para correr (risos). Uma vez tava chovendo, acredita, nós arrumemos uma lona, porque era na radiola não podia molhar né, aí nós arrumemos a lona e cubrimo e fizemos (risos). Mais era tão bom, nós andava essa Inhumas toda, a noite toda e não tinha perigo de nada. Era tudo tranquilo. Sei que era tanta coisa boa que existia, que não existe mais, era bom de mais, serenata mesmo eu gostava, era muito bonito. (SOUSA, Antônio, 2016).

Podemos perceber na fala do nosso depoente acima as apropriações feitas pelos jovens da cidade de Inhumas nos anos 1970. A reunião nas calçadas, a ida às praças e bares da cidade, a prática da serenata para as namoradas, eram tidos como momentos privilegiados, de lazer e diversões. Esses diversos usos e consumos da cidade, ressignificando os espaços citadinos inhumenses no decorrer dos anos 1970 se constituíam como a vida cultural de Inhumas, uma cidade que experimentava em seu cotidiano as novidades e experiências propiciadas pela modernidade, denominada nesse período histórico, como a flor do cotidiano.

Segundo relatos do entrevistado Antônio Macêdo de Sousa, residente da cidade de Inhumas, a prática da serenata pelos rapazes era uma atividade bastante comum naquele período, no qual se dirigiam à casa de suas pretendentes e realizavam a serenata, mesmo sendo muitas vezes expulsos pelos pais das moças. Era uma forma de divertimento para os jovens daquela época.

No entanto, percebemos certo saudosismo na fala do depoente ao narrar a Inhumas dos velhos tempos, dos costumes e hábitos dos moradores que ao passar dos anos fora caindo no esquecimento. A ida dos jovens ao bar, um local de encontro, a reunião nas calçadas, os passeios nas praças, a realização de serenatas na cidade como forma de conquistar as namoradas.

Dessa forma, as praças, os bares, as festas se constituíam o elenco de lazeres e diversões de Inhumas em meados da década de 1970. Como nos explica o depoente Antônio de Sousa,

A praça, só arrodando a praça, fiz muito isso (risos). As paqueras. Aí tinha umas tertúlias, chamava tertúlias, ia na casa de um e botava uma radiola, aí todo mundo ia dançar, um domingo na casa de um, outro domingo na casa de outro, era assim. Tinha as festas do clube, era umas festas boa, a primeira festa no clube não tinha nem parede quase, aí foi apurando arrecadando com as festas, foi rápido. Tudo era festa boa. Nos festejos mesmo de São José, várias festas, no final de ano, você tinha que comprar uma mesa muito antes porque quando era no dia não tinha mais nem onde sentar. Aí nesse tempo não entrava negro, e nem uma moça solteira que não fosse casada, não entrava no clube, era barrado mesmo, era tudo assim. Mas também era umas festas boas, gente que gostava de confusão, mulequerzinho não entrava não, podia era pagar e não entrava. (SOUSA, Antônio, 2016).

As festas na casa dos amigos, conhecidas na época como tertúlias como enfatiza o depoente, era uma prática comum nesse período, ocorria nos finais de semana, especificamente aos domingos. Nessas tertúlias, segundo relato do nosso entrevistado, as músicas eram executadas nas radiolas, instrumento musical muito utilizado nesse período.

No entanto, notamos uma sensibilidade na fala do depoente ao narrar os costumes e hábitos tecidos no panorama urbano da cidade de Inhumas no suceder dos anos 1970. As sociabilidades referentes a um contexto histórico desvanecido ao longo dos tempos. Tempos

estes associados ao imaginário dos habitantes que vivenciaram esse período como bons e tranquilo.

Todavia, na descrição feita pelo depoente acima, acerca das sociabilidades inhumanas referentes aos anos 1970, um fato nos chamou bastante atenção, a proibição existente nesse período à entrada de pessoas de cor e de moças solteiras as festas promovidas no clube da cidade. Destacando em sua fala a existência de uma sociedade marcada tanto pela distinção social como pelo conservadorismo, uma vez que ao determinar o grupo social que poderia frequentar as festas realizadas no clube, excluía uma parcela da população, que segundo os critérios estabelecidos não se encaixavam nos parâmetros considerados aceitáveis.

Dessa forma, em relação a limitação direcionadas ao frequentamento de moças solteiras a clube de festas, percebemos que a sociedade inhumana ia em contradição ao que vinha sendo pregado pela nova ordem correspondente aos anos 1970, acerca da ressignificação dos espaços ou até mesmo o surgimento de espaços unissex, isto é, espaços frequentados tanto pela classe masculina como a feminina.

Também fica perceptível na fala do personagem Antônio Macêdo de Sousa a restrição imposta aos sujeitos tidos como subversivos, rebeldes, “(...) gente que gostava de confusão, molequezinho não entrava não, podia era pagar e não entrava” (SOUSA, Antônio, 2016). Contudo, ao nos depararmos com uma fala que enfatiza acerca dos costumes que eram considerados subversivos nesse contexto sociocultural dos anos 1970, o depoente nos esclarece que se tratava de sujeitos que faziam usos excessivos de bebida alcoólica, já que a sociedade nessa época era vista pelos habitantes como tranquila. “Era sadio demais, quando muito tinha era uma cachaça. Droga? Não existia esse negócio. Fumar naquele tempo não era brega, o cigarro no clube era normal, todo mundo fumava, eu me lembro até do cigarro, era Continental” (SOUSA, Antônio, 2016).

De acordo com nosso entrevistado, ao relatar a sociedade inhumana em meados dos anos de 1970, e os comportamentos considerados inaceitáveis para essa época, o mesmo nos confidencia que o ato de fumar era considerado elegante nesse tempo, uma espécie de moda, sendo comum as pessoas fazerem uso do cigarro no clube da cidade.

Assim, essas pessoas ao fazerem uso desses lugares, praças, clubes, bares faziam desses ambientes uma extensão de suas vidas, atribuindo-lhes significados e sensibilidades, tornando-os espaços de vivências culturais. No entanto, a praça se constituía em um dos locais mais frequentados, pois não fazia distinção de classes e sexos, podendo ser frequentada por crianças, jovens e adultos. Era comum nesse período a concentração de jovens nas praças

“Um das coisas que o jovem faziam muito, uma turma de jovem ia para o patamar da igreja tocar violão, cantando, um grupo de pessoas” (SOUSA, Antônio, 2016).

Diante disso, as praças além de serem tidas como espaços de embelezamento citadino nesse período, configuravam-se também como um local de sociabilização e divertimentos para a população daquela época. “Ficavam lá brincando, a praça naquele tempo era uma novidade [...] as moças, à noitinha, logo era pequenininha a cidade, ficavam tudo na praça, naqueles bancos de praça mais seus namorado conversando (risos), era uma beleza” (SILVA apud ALMONDES, Carmina, 2012, p. 54).¹⁸

De acordo com a narração do depoente Raimundo Rufino da Silva, o uso das praças no desvelar dos anos 1970 se caracterizava como uma novidade aos residentes da urbe. Descrevendo com uma riqueza de detalhes os costumes e práticas dos moradores ao se dirigirem aos usos e consumos desses espaços.



Figura 01: Praça Monsenhor Lopez com vista para o mercado público em meados da década de 1970.
Fonte: Acervo do Centro Cultural Francelino de Sousa Araújo.

A imagem em questão (figura 01) evidencia a Praça Monsenhor Lopez em meados da década de 1970, possibilitando enxergar na imagem do presente a ausência de um passado, de um tempo que se dissipou ao desvelar-se dos anos. Funcionando como uma espécie de indício do passado, como esclarece o pintor Philippe Dubois (1993). As fotografias possibilitam uma espécie de releitura do tempo, pois propicia uma espécie de viagem no tempo e no espaço a fim de conhecermos e compreendermos a historicidade de uma época, de um século.

¹⁸ SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhuma, 25 de Outubro de 2012.

Fruto da ação humana, portam a essência de representar um tempo que não existe mais, capturando instantes, fragmentos de tempos que se escoam ao passar das épocas. Assim, ao contemplarmos a fotografia acima (figura 01) somos levados a uma instigante viagem acerca do cotidiano dessa cidade que nesse período vinha sendo palco de significativas transformações no seu cenário. A ressignificação dos espaços citadinos, a praça sendo atribuída pelos transeuntes inumenses como lugar de sociabilidades, de lazer, associando dessa forma a representação dos bancos contidas na imagem acima com o relato sensível de seu Raimundo Rufino da Silva ao lembrar os hábitos dos moradores ao frequentarem esse local.

A referida imagem também indica a presença dos primeiros automóveis nas ruas da cidade, símbolo da aproximação com o progresso, da iluminação pública que passam a compor as ruas e o cotidiano da provinciana cidade. Dado que, a iluminação elétrica é tida como uma das invenções mais moderna do cotidiano.

Dessa maneira trabalhar com fotografias é se permitir a uma aventura fascinante, uma vez que o instante para sempre congelado pela imagem fotográfica guarda marcas de um passado em um tempo presente. É uma viagem no tempo e espaço, possibilitando conhecer experiências e transformações de outras épocas.

3.3 O despertar dos anos 1970: velocidade e novos ritmos de vida.

À proporção que os ritmos da modernidade iam adentrando o interior da urbe, esta passava a modificar o seu perfil, desligando-se da atmosfera interiorana que a mesma irradiava em seu universo, passando a ganhar ares modernos e civilizados. Especialmente a partir da instalação do sistema de iluminação elétrica na cidade que possibilitou uma mudança de comportamento nos moradores e inovação nos instrumentos de comunicação existentes no contexto citadino.

A chegada da eletricidade trouxera consigo toda uma parafernália de novos apetrechos domésticos. Entre esses, podemos citar a televisão que por volta de 1976, após a instalação de uma torre de retransmissão de sinais de TV, no mandato do prefeito João Antônio de Sousa (1973-1976), passou a fazer parte do cotidiano dos inumenses. Como podemos verificar no projeto de Lei nº 01 de 15 de Janeiro de 1976:

Artº 1º: - Fica o Poder Executivo autorizado a assinar convênio com a Repetidora de TV do Piauí Ltda, dispondo sobre a execução pela mesma, da montagem de uma estação repetidora de TV.

Artº 2º: - Para fazer face às despesas oriundas do artigo anterior, fica aberto um crédito especial no orçamento vigente, com recursos do Fundo de Participação dos Municípios, da quantia de até Cr\$ //// 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros)¹⁹.

A Lei nº 01 de 15 de Janeiro de 1976 dispõe sobre a autorização feita ao poder executivo da referida cidade de Inhuma a firmar um convênio com a Repetidora de TV do Piauí Ltda, acerca da montagem de uma estação de TV, disponibilizando um total de Cr\$ 120.000.00 para as despesas concernentes a esse feito.

Assim, os transeuntes inhumenses ao estabelecerem seus primeiros contatos com sinais de televisão encontravam-se seduzidos com aquele momento vivenciado pela cidade. Como nos explica Josefa Maria de Jesus Ferreira ao relembrar a chegada dos primeiros sinais de TV à urbe,

Ah, foi uma revolução, uma revolução, aqui na minha rua [Rua Duque de Caxias] tinha uma, a casa que hoje é do meu irmão, a casa da esquina, tinha uma, por ser mais alta, e um proprietário muito esperto (risos), é arrumou antenas, uma antena muito alta, não sei o quê, e colocou, e comprou uma televisão, e a gente assistia, ficava a casa cheia e a calçada, todo mundo para ver. E, em seguida, quando foi mesmo instalada a torre, aí veio a televisão da praça, que juntava a população. A televisão da praça foi depois, foi quando estava regularizando mesmo o sinal. (FERREIRA, 2016).

Segundo relatos da nossa colaboradora Josefa Maria de Jesus Ferreira a chegada das primeiras televisões a cidade foi sinônimo de revolução aos moradores de Inhuma, que se encontraram encantados e perplexos com os primeiros sinais de TV que chegaram à cidade. Levados pela curiosidade desse acontecimento, os moradores se reuniam nas casas dos vizinhos em que haviam as primeiras televisões para assistirem. Visto que, em decorrência dos altos custos, a aquisição desse produto tecnológico não foi possível a todos os indivíduos.

Entretanto, para compreendermos as sensações e sentimentos dos moradores da cidade de Inhuma, nesse período, ao se depararem com a chegada das primeiras televisões a cidade é de suma importância a análise do contexto histórico as quais estes sujeitos estavam inseridos, à época, o lugar, pois como sugere o poeta e teórico Charles Baudelaire, “Cada época tem o seu porte, o seu olhar, o seu gesto” (BAUDELAIRE apud LE GOFF, 2003, p.194).

¹⁹ INHUMA. **Projeto de Lei nº 01 de 15 de Janeiro de 1976.** Autoriza o poder executivo a assinar convênio com a repetidora de TV do Piauí Ltda para montagem de uma estação repetidora de TV, dispondo a quantia de Cr\$ //// 120.000,00 para despesas oriundas a esse feito.

Todavia, é interessante destacar na fala da nossa depoente o momento em que a mesma nos esclarece, que por motivos de esperteza de certo morador da cidade, os primeiros sinais de TV chegaram primeiramente às residências dos moradores, só depois sendo instalado uma televisão na praça. Ocorrendo o que o historiador Michel de Certeau (2008) classifica como a subversão da ordem ao sistema imposto aos sujeitos, uma revolução silenciosa, onde os moradores se utilizaram de táticas para ter acesso aos primeiros sinais de TV.

A televisão tinha em algumas casas, as casas que tinham enchiam de gente, tinha as televisinhas, que ia todo mundo para casa dos vizinhos (risos). Era preto e branco e a imagem ruim que só, mais todo mundo queria assistir, todo mundo se reunia, botava aquelas antenas em cima da casa. A Copa de 78 todo mundo se reuniu para assistir. (SOUSA, Antônio, 2016).

Ao vivenciar esse tempo de inserção das primeiras televisões ao corpo citadino inhumense, o depoente Antônio Macêdo de Sousa nos explica que as casas que detinham desse aparelho viviam cheias de gente, que embora a imagem fosse ruim, os vizinhos se reuniam para assistir, justificando dessa forma o modo engraçado e descontraído do morador ao chamar as primeiras TV's de “televisinhas”. Assistir televisão se constituía como forma de entretenimento à população, promovendo fascínio e sedução aos cidadãos inhumenses.

Para tanto, em meados dos anos 1970 fora instalado uma televisão na Praça Monsenhor Lopes, com objetivo de que os indivíduos que residissem naquela urbe tivessem acesso a esse novo veículo de comunicação. Conforme pode ser vista na foto abaixo:



Figura 2: Inauguração do primeiro sinal de Televisão de Inhumá, instalado na Praça Monsenhor Lopes.
Fonte: Acervo do Centro Cultural Francelino de Sousa Araújo.

A imagem acima (figura 2) contempla o momento de inauguração do primeiro sinal de Televisão instalado na Praça Monsenhor Lopes na cidade de Inhumas, ocorrido em meados da década de 1970. Essa imagem, um simples traço de papel, carrega em si a feliz incumbência de registrar e representar momentos reais desvanecidos ao longo dos tempos. Apresentando sutilezas de minúcias de uma época. Proporcionando uma viagem do olhar a experiências e sensibilidades de outras épocas.

As fotografias documentam a cidade que aos poucos iam surgindo mediante a chegada de novos tempos, do adentramento de novas tecnologias. Indicando os costumes e práticas referentes a uma época, pois o assistir televisão na praça no decorrer dos anos 1970 se caracterizava como uma forma de entretenimento à população inhumense desse período.

Assim, ao voltarmos o nosso olhar de pesquisador as representações contidas na imagem acima (figura 2), percebemos a presença de indivíduos na praça para assistirem as primeiras transmissões de sinais da TV. Crianças, jovens e adultos que experienciavam a chegada de novos tempos ao espaço socioespacial da urbe.

Segundo Nascimento e Monte (2009), a instalação de televisões em praças públicas, constituía-se como uma atividade comum nas pequenas cidades brasileiras nos anos 1970. Uma forma de propagar aos indivíduos que habitavam as pequenas cidades o viver citadino. Visto que, nesse período o Brasil vivia a política dos governos militares (1964-1985), período de investimento e modernização da nação brasileira, almejando dar as cidades da nação um porte moderno e civilizado.

Assim, a chegada da televisão modificava o cotidiano da cidade, as novidades e informações chegavam mais rápido ao contexto citadino, passando a influenciar e inspirar novas formas de comportamentos, modas, estilos, cortes de cabelos. Como esclarece o depoente Antônio Macêdo de Sousa, dos novos hábitos adotados na cidade, “A novela influenciou muito na vestimenta, a novela mostrava, tinha muito isso, o corte de cabelo, acho que muita coisa foi a novela que influenciou, a questão, a pessoa tinha vergonha mais na novela mostrava” (SOUSA, Antônio, 2016).

Percebemos na fala do nosso entrevistado que as novelas ditavam modas na cidade, os espectadores acabavam por se influenciar com o que era exibido nesse período pelas novelas, o corte de cabelo, na forma de se vestir. Dessa forma, de acordo com a análise de documentos referentes a esse período da história de Inhumas, e segundo relatos orais, assim que fora instalada a torre de retransmissão de sinais de TV na cidade, a mesma só contava com um canal, o canal da TV Globo, passando no suceder dos anos a ter acesso a outras emissoras, como a TV Bandeirantes, e outras mais.

Era só a Globo, aí com muito tempo colocaram a Bandeirante. Era a TV Clube. 05:00 horas da tarde abria o sinal e aí quando era 11:30, meia noite desligava. Despedia, achava tão bonito, aí dizia um Boa noite, a TV Rádio Clube de Teresina e volta ao ar amanhã a partir das 17:00 horas. Era lá de Teresina desligava de lá mesmo. Aí o vigia da praça ficava até sair do ar, tinha pra ligar e desligar, aí quando esse horário já tinha encerrado, não tinha mais nada. O vigia se chamava Carmo Preto era lá do Sossego. (SOUSA, Antônio, 2016).

O depoente Antônio Macêdo de Sousa nos permite conhecer, por meio de suas lembranças da memória, como se dava o funcionamento da TV na praça da cidade no período de 1970. Segundo testemunho do nosso entrevistado, de imediato só o canal da TV Globo era transmitido na cidade, passando depois a abranger a Rede Bandeirantes. Entretanto, o mesmo esclarece que o sinal vinha de Teresina, da TV Rádio Clube de Teresina, sendo ligada às 17:00 horas da tarde até 23:30 da noite, tendo como responsável para fazer a operação do aparelho eletrônico um vigia conhecido como Carmo Preto, morador do bairro Sossego.

Entretanto, se faz oportuno evidenciar que nesse período, correspondente a década de 1970 a cidade de Inhumas já dispunha da utilização do rádio como veículo de comunicação, como nos explica o depoente Antônio Macêdo de Sousa:

O rádio já existia há muito tempo, antes da energia elétrica, quando eu me entendi já conheci o rádio. As novelas era no rádio, o pessoal assistia novela no rádio. Só ouvindo, eu me lembro que eu chegava tava meu pai, meu avô tudo, e eu falava, conversando, e eles êê, psiu para num perder não (risos). Funcionava à pilha, as novelas e os jornais transmitidos pelo rádio era tudo cedo da noite, acompanhava pelo rádio. Eu me lembro mais ou menos daquela que falou da revolução de 64, que no rádio era confusão de guerra, eu me lembra que eu fiquei assim com medo. Eu ouvia os mais velhos contando e eu ficava com medo, eu sempre era curioso, gostava de ficar ouvindo. Os programas que eu gostei muito, era o Globo de Ouro, todo domingo e tinha uma novela que chamava o Bem Amado e foi a única novela que eu gostei na minha vida, era muito engraçado essa novela. (SOUSA, Antônio, 2016).

De acordo com o personagem Antônio Macêdo de Sousa o rádio existia na cidade de Inhumas mesmo antes da energia elétrica adentrar a cidade. Funcionavam a base de pilha, e era o meio utilizado pelos cidadãos inhumenses para acompanhar as notícias. Os moradores acompanhavam os jornais e novelas através da emissão feita pelos rádios.

Os ritmos da cidade de Inhumas aceleravam-se, novas formas de comunicação que facilitavam ainda mais o contato com o que estava acontecendo no mundo, uma vez que anteriormente a introdução desses veículos de comunicação, no caso, do rádio e das televisões a população ficava a mercê das cartas como formas de correspondências e contato. Tendo só a partir de 1982 a chegada de um posto telefônico na cidade.

Contudo, faz necessário destacar que embora as pessoas se mostrassem receptivas às inovações surgidas no contexto socioespacial da urbe, o acesso a esses novos produtos tecnológicos que adentrava o contexto citadino inhumense não foi acessível a todos os moradores. De início poucas pessoas puderam desfrutar das comodidades e invenções produzidas pela onda modernista que adentrava a cidade naquele período. Isso dava-se em razão do poder aquisitivo da população que se caracterizava em sua maior parte como pessoas de baixa renda o que dificultava o acesso as inovações que iam surgindo na urbe.

Até mesmo o acesso a sistemas básicos como luz elétrica e abastecimento de água encanado não foi um processo rápido por parte dos moradores, pois o acesso a esse benefício custava dinheiro a população. A experiência de Dona Noeme reflete bem essa situação,

Energia elétrica eu mesmo demorei um pouquinho, meu marido não queria que botasse, que disse que era uma coisa que não servia, ai foi que depois veio um genro meu aqui e disse: Vai botar, enquanto eu existir não vai faltar luz em sua casa. Porque disse que era mais uma despesa, gente que vivia com dificuldade. (SOUSA, Noeme, 2016).

Segundo Dona Noeme, as resistências dos inhumenses acerca da instalação da iluminação elétrica em suas casas, ocorria muitas vezes em decorrência das despesas que os indivíduos teriam que arcar para obtenção desse benefício, e como viviam em dificuldades financeiras não tinham condições de instalar luz elétrica.

3.4 Modernização do sistema de abastecimento de água da cidade.

Em 1972 o então prefeito de Inhuma, o Sr. Joaquim Borges de Oliveira estabeleceu um convênio entre o Governo do Estado do Piauí juntamente com a AGESPISA²⁰, empresa responsável nesse período pelo fornecimento de água encanada no Piauí, para modernizar o sistema de abastecimento de água da cidade. Entretanto, a obra só foi concluída no pleito seguinte, no ano de 1975, no mandato de João Antônio de Sousa (1973-1976). Como podemos observar na imagem abaixo:

²⁰ Águas e Esgotos do Piauí S.A.



Figura 3: Solenidade de inauguração do abastecimento de água encanada em Inhuma, em 1975.
 Fonte: Arquivo Pessoal do depoente Antônio Macêdo de Sousa. Acesso em: 18 de novembro de 2016.

A referida imagem (figura 3) condiz ao registro do momento de solenidade de inauguração do sistema de abastecimento de água encanada na cidade de Inhuma no ano de 1975. Dessa forma, ao direcionarmos o nosso olhar para a foto percebemos o quanto a mesma se apresenta como um índice de leitura do passado dessa pequena urbe, captando num determinado espaço de tempo as transformações que vinham ocorrendo tanto no espaço urbano da cidade como no modo de vida das pessoas que residiam na mesma. Evidenciando a simplicidade e sensibilidade específica de uma época que ficou no passado.

Dado que, como elucida o poeta e historiador Demétrios Galvão (2009) a fotografia estabelece relação com o tempo, com a época a qual representa, captando em um instante de tempo, o contexto político e sociocultural de uma determinada sociedade.

Assim, ao nos voltarmos a ler a imagem (figura 3), buscando interpretar os significados da mesma, pois, como problematiza a escritora e historiadora Sandra Pesavento (2008) as imagens são portadoras de significados, que para além de se constituírem como uma propriedade física de dar-se a ver consistem em uma linguagem visual do pensamento. Isto é, dão-se a ler. Dessa forma percebemos na representação contida na imagem acima, a concentração de indivíduos prestigiando esse momento solene em que a cidade de Inhuma estava vivenciado e, o imaginário construído por parte desses moradores. Uma vez que, como está explícito na frase da faixa representada na imagem, a instalação de água encanada na cidade seria razão de alegria e contentamento da população.

Na foto a seguir (figura 4) é possível ver o momento em que o governador Dirceu Mendes Arcoverde, governador do estado do Piauí nesse respectivo momento, abre a torneira pela primeira vez na cidade, inaugurando assim, o sistema de abastecimento de água canalizada de Inhuma.



Figura 4: Solenidade de inauguração do abastecimento de água de Inhuma – 1975.
Fonte: Acervo do Centro Cultural Francelino de Sousa Araújo.

Como podemos observar na imagem acima (figura 4), foi instalada uma torneira no caminhão que servia como palanque aos políticos que se faziam presentes na solenidade de inauguração do sistema de água encanada. Assim, a foto acima nos dá a possibilidade de relacionar com o depoimento de Dona Maria das Graças Rufino da Silva Moura que testemunhou esse acontecimento na urbe e nos descreveu esse momento da seguinte forma, “Quem inaugurou foi o governador Dirceu Arcoverde, em cima de um caminhão, nem tinha cano não, só colocavam um cano na praça e uma torneira, aí ele disse: Estamos inaugurando o sistema de Água Encanada. Aquela festa na cidade (risos)” (MOURA, 2016).

De acordo com a informação concedida pela nossa entrevistada, a instalação e inauguração do sistema de abastecimento de água encanada a cidade de Inhuma no ano de 1975 foi motivo de festa e alegria aos moradores que habitavam o contexto socioespacial da urbe nesse período.

Todavia, mesmo com o fornecimento de água encanada aos moradores da cidade de Inhuma, ainda perpetuou-se por um longo período de tempo a utilização dos chafarizes presente no espaço citadino inhumense, uma vez que, para ter acesso ao benefício da água

canalizada as pessoas teriam que contribuir com uma pequena taxa a Prefeitura Municipal de Inhumas, visto que, a mesma não disponibilizava o serviço gratuitamente à população.

Dessa forma, percebemos uma sociedade que embora estivesse passando por um processo de desenvolvimento e modernização, encontrava-se mesclada entre dois universos, o universo rural e o urbano, com características peculiares de duas realidades tidas por muitos como antagônicas. Entretanto, como apontam Geraldo e Sousa (2010) esses espaço, urbano e rural, estabelecem entre si articulações e interações, condensando processos sociais interligados dialeticamente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efervescência dos anos 1970 propiciou aos inhumenses experimentar e vivenciar a atmosfera de novos tempos que aos poucos fora se instalando no contexto socioespacial da urbe. Surgiram novas práticas sociais, novas formas de sentir e pensar o cotidiano. Uma modernização referente não apenas ao espaço urbano, de reformas direcionadas a infraestrutura da cidade, mas também aos costumes e hábitos dos moradores que vivenciavam a urbe nesse período.

No contexto dos anos 1970 houve o surgimento de uma nova mentalidade sobre o viver citadino. Novas formas de se portar diante dos novos padrões de convivência que aos poucos começavam a adentrar o cenário da cidade. Visto que, em consonância com o contexto sócio-político o qual o país estava inserido, a mesma passara por transformações e ressignificação sobre o habitar urbano.

Uma cidade que se pretendia moderna e civilizada deveria educar e disciplinar seus moradores de acordo com o que vinha sendo disseminado pelo discurso modernizador dos grandes centros urbanos. Uma modernização que suscitou aos sujeitos residentes no contexto urbanístico da cidade de Inhumas em meados dos anos de 1970, novas formas de se apropriar dos espaços contidos na cidade, novos ritmos de vida, de se relacionar e interagir com os espaços existentes no cenário da urbe. Uma espécie de ressignificação e poetização da urbe pelos indivíduos que nela habitam.

Entretanto, embora fosse uma sociedade que se abria para o novo, para as transformações e autotransformação – concedidas pela atmosfera e sensibilidade moderna que possibilita aos seus habitantes a sensação de estarem vivenciando um novo tempo, regido de mudanças e experiências vitais – a cidade de Inhumas, no desvelar dos anos 1970, caracterizava-se como uma urbe mesclada entre o universo urbano e o universo rural. Isso ocorria porque seus moradores, apesar de estabelecerem contato com os novos tempos, preservavam em seus costumes, traços e estilos de vida pertencentes ao mundo rural. Promovendo uma articulação e inter-relação entre esses espaços.

Todavia, como foi enfatizado ao longo do presente trabalho, a implantação da iluminação elétrica no espaço urbano da cidade se caracterizou como um dos acontecimentos mais relevantes para as mudanças elencadas no contexto socioespacial da urbe no período da década de 1970. Pois, juntamente a esse benefício, a cidade fora palco de inovações em seu meio, como a chegada dos primeiros meios de comunicação, a modernização do sistema de

abastecimento de água encanada e, as novas formas de apropriação dos espaços, possibilitando aos inúmeros experimentar e consumir novos tempos.

REFERÊNCIAS

- ALMONDES, Carmina Candido de. **As transformações urbanas ocorridas em Inhuma- PI após sua emancipação política (1954-1977)**. 2012. 72f. Monografia (Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Piauí, Picos-PI. 2012.
- ALMONDES, Antônio Manoel Leal. **Lembranças do Processo de Emancipação Política de Inhuma**. Teresina, 2005.
- AUGÉ, Marc. Dos Lugares aos não – lugares. In: **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 71-105.
- BARROS, Maria Selma Oliveira Rufino de. Entrevista concedida a Marina de Carvalho Cunha. Inhuma, 17 out. 2016.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 519 p.
- BOSCO, Francisco. Ser provinciano é...Ou: qual a semelhança entre Danuza Leão e a vereadora Lucinha? (2010). In: **Cult**. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/ser-provinciano-e/>. Acesso em: 04 jan. 2017.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- CERTEAU, Michel de. O bairro./ Os fantasmas da cidade./ Espaços privados. In: **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 37-45; 189-207.
- CERTEAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. In: **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 169-191.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo; Ática, 2000, p.7-35.
- COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de Viver a Cidade: Conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos de 1920**. 2003. 334 f. Tese. (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- DUBOIS, Philippe. Palimpsestos: A fotografia como aparelho psíquico (princípio de distância e arte da memória). In: DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papirus, 1993. Cap. 7, p.311-331.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FERREIRA, Luciana Custódio; MACÊDO, Maria do Carmo Cardoso Sousa; MOURA, Maria do Socorro Quaresma; JESUS, Josefa Maria de. **Histórico de Inhuma**. 1994. Texto no prelo.
- FERREIRA, Josefa Maria de Jesus. Entrevista concedida a Marina de Carvalho Cunha. Inhuma, 15 out. 2016.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: Possibilidades e Procedimentos**. São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 145 p.

GALVÃO, Demétrios Gomes. Os historiadores e a Fotografia: Encontros Transversais. In: VASCONCELOS, José Gerardo; SILVA, Samarra Mendes Araújo; SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos (Org.). **Os Labirintos de Clio**. Teresina: UFC. 2009. p.36-49.

GERALDO, Inácio Martins; SOUZA, Angela Fagna Gomes de. A Relação campo e cidade: Novas urbanidades e ruralidades, definições e (re) definições. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia v. 11, n. 36 dez/2010 p. 37 – 51. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16249/9127>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

GONCALVES, João Ferreira. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhumá, mar. 2005.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de Viagem**: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

INHUMA. **Projeto de Lei nº 3 de 13 de maio de 1972**. Autoriza o executivo municipal a assinar contrato de fornecimento de Energia Elétrica com a Centrais Elétricas do Piauí S.A. – CEPISA. Disponível em: Acervo da Câmara Municipal de Inhumá.

INHUMA. **Projeto de Lei nº 01 de 15 de Janeiro de 1976**. Autoriza o poder executivo a assinar convênio com a repetidora de TV do Piauí Ltda para montagem de uma estação repetidora de TV, dispondo a quantia de Cr\$ //// 120.000,00 para despesas oriundas a esse feito. Disponível em: Acervo da Câmara Municipal de Inhumá.

LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MONTEIRO, Charles. Construindo a história da cidade através de imagens. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. (Org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais**: Percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. Cap. 4, p. 148-171.

MOURA. Maria das Graças Rufino da Silva. Entrevista concedida a Marina de Carvalho Cunha. Inhumá, 17 out. 2016.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**. vol.27 no.53 São Paulo Jan./June 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100009>. Acesso em: 06 de maio de 2016.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cidade e memória: O processo de modernização de Teresina nos anos de 1930 e 1940. IN: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) **História de vários feitio e circunstância**. Teresina: Dom Barreto, 2001, p. 145.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Teresina: Modernização, Pobreza e Ressentimentos (1950-1970). In: SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. (Org.). **As Cidades de Clio**: Abordagens históricas sobre o urbano. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 263-277.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do; MONTE, Regianne Lima. OLHARES DA PERIFERIA: os migrantes na construção de Teresina na década de 1970. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 122 – 144, jul./dez. 2009. Disponível em:<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1810/1426>. Acesso em: 25 jan.2017.

NEVES, Abdias. Um manicaca. Teresina: Corisco, 2000.

NOGUEIRA, Antônio de Deus. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhumá, mar. 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, Cidades sensíveis, Cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. vol.27, no. 53 de Junho de 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002> . Acesso em: 04 de maio de 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. (Org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais: Percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008. Cap. 2, p. 99-122.

PLANO Municipal de Educação de Inuma- PMEI 2006/2015.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p.59-72. Disponível em:<https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20%E2%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf>. Acesso em 22 de junho de 2016.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine**. Fortaleza. Vol.6, No. 2, p. 2-13.2010. Disponível em: http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/viewFile/198/pdf_183>. Acesso em 15 de junho de 2016.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Viver na província. Transformações. In: **Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 17-56.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.p.11-29.

SANTOS, Clementino de Carvalho. Depoimento concedido a Antônio Manoel Leal Almondes. Inhumá, mar. 2005.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. Espaços de Sociabilidades de uma cidade verde nos anos 1980. In: SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **As Cidades de Clio: Abordagens históricas sobre o urbano**. Teresina: EDUFPI, 2014, p.149-165.

SILVA, Paulo Ricardo Muniz; CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. As cidades da/na memória: Práticas e espaços de sociabilidades juvenis em Teresina. In: SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. (Org.). **As Cidades de Clio: Abordagens históricas sobre o urbano**. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 123-148.

SILVA, Raimundo Rufino da. Depoimento concedido a Carmina Candido de Almondes. Inhumá, 25 de Outubro de 2012.

SOCORRO SILVA, Maria Nonato. Depoimento concedido a Marina de Carvalho Cunha. Inhumá, 19. Jul.2014.

SOUSA, Antônio Macêdo de. Entrevista concedida a Marina de Carvalho Cunha. Inhumá, 18 nov. 2016.

SOUSA, Noeme Pereira Dias. Entrevista concedida a Marina de Carvalho Cunha. Inhuma, 19 nov. 2016.

VIAGEM por Inhuma-PI. In: Conhecer. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/conhecercom/about-us>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(x) Monografia
() Artigo

Eu, Marina de Carvalho Lima,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Influência no Alvorescer da década de 1970: Uma análise
do processo de modernização urbana-social
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 26 de Setembro de 2017.

Marina de Carvalho Lima
Assinatura

Marina de Carvalho Lima
Assinatura